UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Lara Carvalho Ferro

Indicadores de desigualdade de gênero: reflexões distintas para compreender a condição das mulheres na sociedade.

Florianópolis
2021

Lara Carvalho Ferro

Indicadores de desigualdade de gênero: reflexões distintas para compreender a condição das mulheres na sociedade

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em 2020
Orientador: Profa. Dra. Liana Bohn.

Florianópolis
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferro, Lara Carvalho
Indicadores de desigualdade de gênero : reflexões distintas para compreender a condição das mulheres na sociedade. / Lara Carvalho Ferro ; orientador, Dra Liana Bohn, 2021.
82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Estatísticas de gênero. 3. Economia Feminista. 4. Economia de Gênero. I. Bohn, Dra Liana. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Lara Carvalho Ferro

Indicadores de desigualdade de gênero: reflexões distintas para compreender a condição das mulheres na sociedade

Florianópolis, 11 de Maio de 2021.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a), Liana Bohn Dr.(a)

UFSC

Prof.(a), Brena Paula Magno Fernandez Dr.(a)

UFSC

Prof.(a), Solange Regina Marin Dr.(a)

UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

ICP-Edu

Documento assinado digitalmente
Liana Bohn
Data: 13/05/2021 17:10:31-0300
CPF: 009.477.120-03
Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br

Prof.(a) Liana Bohn, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2021.

AGRADECIMENTOS

Meu coração se enche de felicidade em poder agradecer por tanto amor, carinho e amparo que recebi durante a vida toda e, principalmente, durante os anos em que saí de casa em busca de um sonho.

Em primeiro lugar preciso agradecer meus pais, Débora e Marco, por mais que nenhuma palavra que eu escreva chegue aos pés do tanto que eles fizeram por mim. Mãe, obrigada por me acolher nos momentos que mais senti saudade de casa e me lembrar que eu estava ali porque escolhi crescer e viver uma experiência única. Pai, obrigada por me colocar em primeiro lugar sempre, por ser meu professor e não medir esforços para me ajudar. Aos dois eu sou eternamente grata por todo amor, carinho, educação, conforto, dedicação e liberdade (a lista é bem maior que isso). Amo vocês com todo meu ser.

Ao meu irmão, Bruno, que me ensinou sobre companheirismo e lealdade desde meu primeiro dia de vida. Obrigada por ser o melhor irmão do mundo, sem você a vida seria muito mais difícil. Meu amor por você transborda.

Agradeço a todas as pessoas que fazem parte da minha família, aos que estão aqui e aos que já não fazem mais parte deste plano, por tudo que viveram. Vocês fazem parte da minha história, me fizeram chegar até aqui e me ajudaram a ser quem sou hoje.

Obrigada a todas as mulheres que lutaram para que nossos direitos fossem conquistados e a todas as mulheres que são resistência atualmente. A luta ainda não está perto do fim, mas os avanços já foram enormes. Sem elas - dentre outras coisas - eu não teria chegado ao ensino superior. Honro e sou eternamente grata a cada uma delas.

Minha gratidão ao meu companheiro de vida, Raphael, por tornar as coisas mais leves e felizes. Obrigada por acreditar em mim, por me apoiar e por toda ajuda nesta caminhada, te amo.

À minha casa de Floripa, que me ensinou que família não precisa ser de sangue. Lari, Manu e Vani, obrigada por todo o ensinamento, por todos os momentos de risada, choro, puxão de orelha, carinho e afeto. Vocês fizeram tudo ser inesquecível, nossa casinha deixou saudade e isso significa que teve muito amor. Vamos sempre juntas, amo muito vocês!

Giulia, Bruna e Gabi – lembram que no primeiro dia de aula já acharam que nós éramos amigas de anos?! Nosso encontro foi muito especial e trouxe histórias que eu vou levar comigo para sempre. Obrigada por tudo, vocês foram essenciais nessa jornada!

À minha orientadora, Liana, pela atenção, dedicação, compreensão e paciência. Você foi tudo que eu precisava e mais um pouco, muito obrigada! Provamos que a distância física é só um detalhe.

Por fim, minha eterna gratidão à UFSC, a todos os professores, servidores e funcionários, por proporcionarem educação e crescimento, tanto profissional como pessoal a tantas pessoas. Orgulho-me de ter feito minha graduação neste lugar. Sempre serei resistência para que a universidade seja pública, gratuita e de qualidade!

Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre.
(Simone de Beauvoir)

RESUMO

Os indicadores de desigualdade de gênero são uma das ferramentas utilizadas nos comparativos internacionais como forma de amparar ações específicas e políticas públicas na área. Com a ampliação da utilização nos últimos anos, cresce a importância de refletir sobre quais são as desigualdades consideradas e se elas são suficientes para perseguir uma sociedade mais justa para homens e mulheres. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral avaliar a correlação entre os principais indicadores de desigualdade de gênero – *Global Gender Gap Index* (GGGI), *Gender Inequality Index* (GII) e Tempo Total de Trabalho (TTT) -, refletindo sobre os conceitos de igualdade entre homens e mulheres no âmbito da Economia de Gênero e da Economia Feminista. Da análise, é possível associar o GGGI e o GII à Economia de Gênero, por entender a igualdade a partir da inserção feminina no âmbito público (acesso à saúde, educação, renda e empoderamento político), enquanto os indicadores de uso do tempo têm grande aderência à Economia Feminista. Mediante uma compreensão diversa, as desigualdades nestas óticas têm correlações reduzidas: indicam que uma maior igualdade de gênero no GGI e no GII tendem a ser acompanhadas por menor tempo de trabalho não-remunerado das mulheres e por menor *gap* de gênero nestas atividades, mas a dispersão dos países no confronto dos indicadores deixa evidente que a classificação produzida é muito distinta, sendo necessário pensar indicadores mais amplos que possam refletir melhor sobre o que é, de fato, a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Estatísticas de gênero. Economia de Gênero. Economia Feminista.

ABSTRACT

Gender inequality indicators are one of the tools used in international comparisons as a way of supporting specific actions and public policies in the area. With the increase in use in recent years, the importance of reflecting on what inequalities are considered and whether they are sufficient to pursue a more just society for men and women is growing. In this sense, the present work has the general objective of evaluating the correlation between the main indicators of gender inequality - Global Gender Gap Index (GGGI), Gender Inequality Index (GII) and Total Working Time (TTT) -, reflecting on the concepts equality between men and women in the field of Gender Economics and Feminist Economics. From the analysis, it is possible to associate the GGGI and the GII to Gender Economy, as it understands equality from the female insertion in the public sphere (access to health, education, income, and political empowerment), while the time use indicators have great adherence to the Feminist Economy. Through a different understanding, inequalities in these perspectives have reduced correlations: they indicate that greater gender equality in GGI and GII tend to be accompanied by shorter unpaid work time for women and a smaller gender gap in these activities, but the The dispersion of countries in the comparison of indicators makes it evident that the classification produced is very different, making it necessary to think of broader indicators that can better reflect on what gender equality is, in fact.

Keywords: Gender statistics. Gender Economy. Feminist Economics.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índices de desigualdade de gênero……..27
Tabela 2 – Dez países com menor desigualdade de gênero para o *Gender Gap Index* no ano de 2019……..51
Tabela 3 - Dez países com menor desigualdade de gênero para o *Gender Inequality Index* no ano de 2019…….51
Tabela 4 - Dez países com maior desigualdade de gênero para o *Gender Gap Index* no ano de 2019……..53
Tabela 5 - Dez países com maior desigualdade de gênero para o *Gender Inequality Index* no ano de 2019…….53
Tabela 6 – Dez países com menor tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres entre 2010 e 2019……..55
Tabela 7 - Dez países com maior tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres entre 2010 e 2019……..56
Tabela 8 – Dez países com menor *gap* de gênero no trabalho não remunerado entre 2010 e 2019……...56
Tabela 9 - Dez países com maior *gap* de gênero no trabalho não remunerado entre 2010 e 2019……...…57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Prós e contras na construção e utilização de indicadores sintéticos ……...22
Quadro 2 – Passo a passo para a construção de um indicador sintético ……....24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Formação do *Global Gender Gap Index*……..…31
Figura 2 – Construção do *Gender Inequality Index*……..33
Figura 3 – Formato de diário de 24h completo……41
Figura 4 – Formato de diário de 24h leve……..…42
Figura 5 – Desempenho do Brasil para o GGI……..60
Figura 6 – Desempenho do Brasil para o GII……60
Figura 7 – Desempenho do Brasil para o TTT……..61
Figura 8 – Correlação entre o GGI e GII……...63
Figura 9 – Correlação entre GGI e o tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres……...63
Figura 10 – Correlação entre o GGI e o gap de gênero no trabalho não remunerado……..64
Figura 11 – Correlação entre o GII e o tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres……...…65
Figura 12 – Correlação entre o GII e o gap de gênero no trabalho não remunerado……..65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EGI *Environment and Gender Index*

FEM Fórum Econômico Mundial

FGV Fundação Getúlio Vargas

GDI *Gender-related Development Index*

GEI *Gender Equity Index*

GEM *Gender Empowerment Measure*

GGI *Gender Gap Index*

GGR *Gender Gap Report*

GII *Gender Inequality Index*

HDR *Human Development Report*

IAFFE *International Association for Feminist Economics*

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCA Índice de Preços ao Consumidor

IUCN International Union for Conservation of Nature

OCDE Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT Organização Internacional do trabalho

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PME Pesquisa Mensal de Emprego

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPV Pesquisa sobre Padrões de Vida

SDG *Sustainable Development Goals*

SIGI *Social Institutions and Gender Index*

SPM Secretaria de Políticas para as Mulheres

TTT Tempo Total de Trabalho

UNIFEM Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....15

1.2 OBJETIVOS.....16

1.2.1 Objetivo geral.....16

1.2.2 Objetivo específico.....17

1.3 JUSTIFICATIVA.....17

1.4 METODOLOGIA.....18

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....19

2 A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS E DE GÊNERO.....20

2.1 O QUE SÃO OS INDICADORES E COMO SÃO CONSTRUÍDOS?.....20

2.2 OS INDICADORES DE GÊNERO.....26

3 *GENDER GAP INDEX* (GGI), *GENDER INEQUALITY INDEX* (GII) E A ECONOMIA DE GÊNERO.....28

3.1 *GENDER GAP INDEX*.....29

3.2 *GENDER INEQUALITY INDEX*.....32

3.3 DO GGI E DO GII PARA A ECONOMIA DE GÊNERO.....36

3.3.1 Uma visão geral da Economia de Gênero.....36

3.3.2 A igualdade de gênero nos indicadores e na Economia de Gênero.....38

4 AS PESQUISAS DE USO DO TEMPO E O TEMPO TOTAL DE TRABALHO (TTT) E A ECONOMIA FEMINISTA.....39

4.1 O TEMPO TOTAL DE TRABALHO.....40

4.2 DO TTT PARA A ECONOMIA FEMINISTA.....46

4.2.1 Uma visão geral da Economia Feminista.....46

4.2.2 A igualdade de gênero no TTT e na Economia Feminista.....48

5 CONFRONTANDO OS INDICADORES.....49

5.1 IGUALDADE DE GÊNERO: OS PAÍSES QUE SE DESTACAM POSITIVAMENTE E DEGATIVAMENTE.....50

5.1.1 A igualdade de gênero no Brasil.....58

5.2 A CORRELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO.....62

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....66

REFERÊNCIAS.....68

ANEXO A – Questionário de afazeres domésticos.....72

ANEXO B - Questionário de cuidados pessoais.....73

ANEXO C – *Ranking* do indicador *Gender Gap Index* no ano de 2019.....74

ANEXO D – *Ranking* do indicador *Gender Inequality Index* no ano de 2019.....77

ANEXO E – *Ranking* do tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres entre os anos de 2010 e 2019.....78

ANEXO F – *Ranking* do *gap* de gênero no trabalho não remunerado entre os anos de 2010 e 2019. 80

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero não é um problema atual e, embora muitos tenham sido os avanços conquistados nas últimas décadas para minimizar as diferenças de oportunidades, ainda estamos longe de uma sociedade justa para homens e mulheres. O estudo e a construção de indicadores de gênero, mais especificamente daqueles voltados à reflexão sobre quão distantes estamos da igualdade e da equidade[1], contribuem para trazer à luz o quanto é preciso transformar a sociedade e qual é a dimensão necessária desta mudança, ajudando a entender os motivos das desigualdades e tornando-as visíveis e passíveis de serem modificadas (FERNANDEZ, 2018).

De maneira geral, as estatísticas de gênero[2] servem como referência básica para o delineamento de ações específicas e políticas públicas. Em virtude disso, a definição dos conceitos inclusos na construção dos indicadores (o que é analisado e como é analisado) e o que é considerado igualdade podem condicionar estratégias diferentes a serem perseguidas pelo poder público e, muitas vezes, trazerem um olhar simplificado da realidade.

Os primeiros indicadores de desigualdade de gênero, e que ainda hoje são bastante utilizados – como é o caso do *Gender Gap Index* (presente nos relatórios do Fórum Econômico Mundial) e do *Gender Inequality Index* (divulgado pelas Nações Unidas) – baseiam-se na igualdade de inserção de homens e mulheres nos espaços públicos e historicamente masculinizados, como no mercado de trabalho, na participação política, nos sistemas educacionais e no acesso à saúde. Mais recentemente, entretanto, tem ganho visibilidade a avaliação da desigualdade mediante as pesquisas de uso do tempo, que refletem sobre a forma como os indivíduos despendem seu dia e como se alocam entre atividades remuneradas e não remuneradas. Nesse sentido, reconhece-se a importância dos trabalhos reprodutivos, em grande medida feminizados e desvalorizados,

---

[1] É preciso deixar claro que existe uma diferença entre "igualdade" e "equidade": a igualdade assume que todos os indivíduos são iguais, ou seja, que não existem diferenças significativas entre eles; já a equidade enxerga que existem diferenças entre os indivíduos e que elas não devem interferir na promoção de direitos e oportunidades iguais para todos. Para exemplificar essa discussão, Lisboa (2010, p.6) cita o sociólogo Boaventura Souza Santos: "todos temos o direito de ser iguais quando a desigualdade nos inferioriza e temos o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza".

[2] Existe uma diferença entre "sexo" e "gênero", onde sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto o gênero está associado a estereótipos e padrões sociais que são construídos por uma cultura (NELSON, 1995). Apesar de entender e concordar com a diferença nas terminologias, este trabalho considera, para fins de análise, os termos equivalentes, abordando a ideia de homens – sexo masculino e e mulheres – sexo feminino, o que se dá em virtude dos indicadores utilizados que se apoiam na distinção do sexo biológico.

entrelaçando as esferas públicas e privadas como eixo de opressão feminina, e identificando a necessidade de que a promoção da equidade de gênero se dê de forma concomitante entre estes espaços.

No âmbito das Ciências Econômicas, é possível estabelecer um paralelo das discussões dos indicadores de gênero com a forma como as mulheres foram percebidas e incorporadas à teoria econômica. Em um primeiro momento, centrou-se nas discussões restritas às desigualdades no mercado de trabalho a partir das ferramentas metodológicas já existentes (a chamada Economia de Gênero) e, mais recentemente, avoluma-se uma crítica que busca trazer a importância da incorporação de gênero em todo o escopo de análise, o que se reflete na recuperação de espaços invisibilizados pelo *mainstream* e por um olhar mais complexo e amplo do que é considerado 'econômico' – a Economia Feminista.

A partir destes paralelos, surge a indagação do motivo da existência de tantos indicadores que se propõem a avaliar a desigualdade de gênero e que, ainda que tenham um objetivo semelhante, percorrem caminhos diversos nas suas construções do que é a desigualdade. Ao utilizar a ótica da Economia de Gênero e da Economia Feminista para analisar os indicadores de desigualdade de gênero, fica evidente a diferença de pontos de vista sobre o problema. Pensando na possibilidade de contrastá-los para avaliar se, mesmo na diferença, possuem alguma similaridade de resultado, o presente trabalho questiona: existe uma correlação entre os principais indicadores de desigualdade de gênero – *Global Gender Gap Index* (GGGI), *Gender Inequality Index* (GII) e Tempo Total de Trabalho (TTT)?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é avaliar a correlação entre os principais indicadores de desigualdade de gênero – *Global Gender Gap Index* (GGGI), *Gender Inequality Index* (GII) e Tempo Total de Trabalho (TTT) -, refletindo sobre os conceitos de igualdade e equidade entre homens e mulheres no âmbito da Economia de Gênero e da Economia Feminista.

1.2.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos do trabalho:

i) Refletir sobre a importância dos indicadores na economia, especialmente daqueles que tratam da desigualdade de gênero.

ii) Compreender qual é a interpretação da igualdade de gênero e do empoderamento feminino pelo GGI, GII e TTT, e como isso pode ser associado aos conceitos de Economia de Gênero e Economia Feminista.

iii) Identificar quais as nações têm tido destaque (positivo e negativo) nos indicadores estudados, bem como avaliar o desempenho do Brasil nos mesmos.

iv) Verificar se, apesar das diferentes compreensões da desigualdade de gênero, existe uma correlação entre os indicadores estudados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Para a economia ortodoxa ou neoclássica, as relações de gênero não são vistas com significado econômico relevante, dado que o terreno econômico é livre de conflitos. Deste modo, os conflitos sociais acontecem na esfera do não econômico, e são ignorados pelos estudos e análises da economia *mainstream*, que os trata de forma 'natural', como se não existissem (OROZCO, 2005). A naturalização das diferenças de gênero, presente na Economia Tradicional, faz com que as relações de poder assimétricas se tornem invisíveis. Isto se reflete tanto em oportunidades de trabalho e em suas remunerações distintas para homens e mulheres com a mesma formação e o mesmo cargo, como nos afazeres domésticos e atividades de cuidados que são considerados 'obrigação' do sexo feminino (FERNANDEZ, 2018). Infelizmente essa é a realidade no mundo todo.

Com o objetivo de tornar visível esta situação, é necessário que as mulheres sejam incluídas em estudos e análises econômicas que tratem a perspectiva de gênero desde sua origem. Antes disso, entretanto, é importante evidenciar as diferenças, 'provando' que a desigualdade de gênero existe e pode ser observada em diversas áreas e contextos. Desta forma, os indicadores que avaliam a igualdade de gênero (ou a distância que nos encontramos dela) têm o intuito de conscientizar a partir de comparações, trazendo casos bem-sucedidos e reconhecendo possíveis soluções para os países a fim de superar esta falha.

Com a grande divulgação dos indicadores de desigualdade de gênero vem, entretanto, a importância da discussão dos mesmos. Muitos trabalhos se utilizam deles para refletir sobre modelos econômicos e políticas públicas que incluam as mulheres. Mas é necessário ir além em suas construções: se eles servem como apoio ao reconhecimento das desigualdades, é preciso evidenciar quais são essas desigualdades avaliadas e se elas são suficientes para perseguir uma sociedade mais justa para homens e mulheres.

É com a finalidade de preencher essa lacuna que se pensa este trabalho, buscando avaliar os principais indicadores de desigualdade de gênero a partir do olhar da Economia de Gênero e Feminista e identificando a possibilidade de correlação entre eles. Tem-se ciência de que se trata de um esforço inicial, ainda exploratório, que pode abrir muitas outras possibilidades de discussão. Ainda assim, visa contribuir na ruptura de olhares simplórios sobre a grande complexidade que pensar a discussão de gênero e as possibilidades de superação da desigualdade impõem.

1.4 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui caráter explicativo. Para isso, é realizada uma revisão bibliográfica sobre os indicadores econômicos, mais especificamente àqueles de gênero e que avaliam a desigualdade entre homens e mulheres. Para dar sustentação teórica, estabelece-se um paralelo entre as concepções de desigualdade de gênero dos indicadores aqui analisados e as Economias de Gênero e Feminista.

São discutidos três indicadores específicos: o *Gender Gap Index* (GGI), o *Gender Inequality Index* (GII) e as pesquisas sobre o uso do tempo, mais especificamente o Tempo Total de Trabalho (TTT). A escolha se dá pela ampla utilização e reconhecimento destes indicadores, especialmente porque eles são calculados a partir de esforços de organismos internacionais dos quais a maioria dos países do mundo são signatários (seja na construção dos mesmos ou na orientação para a criação de indicadores). Consequentemente possuem uma maior frequência de atualização de seus dados, mantendo uma constância importante para a análise temporal.

O GGI é obtido junto ao *Gender Gap Report* (GGR), produzido anualmente pelo Fórum Econômico Mundial. O GII é encontrado no *Human Development Report*, produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Por fim, o TTT é obtido de duas fontes: das Nações Unidas, que reúnem as estatísticas de uso do

tempo para diversos países do mundo; e da Cepal, que os organiza no âmbito da América Latina e Caribe.

Os indicadores são calculados anualmente, mas em termos de países possuem algumas lacunas (por não haver indicadores para todos os países em todos os anos). Assim, o trabalho analisa o período de 2010 a 2019, que compreende o espaço disponível com maior quantidade de informações. Sempre que possível, a análise será realizada a partir do intervalo temporal e, quando isso não acontecer, considera-se o ano mais recente com disponibilidade de informação para o país. De modo geral, isto não representa um problema porque, historicamente, os avanços em direção à equidade de gênero caminham lentamente, precisando de um grande intervalo de tempo para ser possível observar alguma mudança significativa.

Especificamente sobre os indicadores, o GGI e o GII são utilizados em sua forma de divulgação. Para as análises do indicador de Tempo Total de Trabalho, por outro lado, criam-se dois recortes: (i) o tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres; e (ii) o *gap* de gênero no tempo de trabalho não remunerado, que é calculado a partir da razão entre o tempo de trabalho não remunerado despedido por homens e o tempo de trabalho não remunerado despendido pelas mulheres, resultando em um índice com intervalor entre 0 e 1 – quanto mais próximo a 0, maior a diferença de gênero, e quanto mais próximo de 1, maior a igualdade no uso do tempo.

Para atingir o objetivo do trabalho, é necessário contrastar os indicadores considerados, a fim de verificar se eles conseguem se complementar, dado que aparentam ter construções sobre a igualdade de gênero bastante diferentes. Nesse sentido, utiliza-se o método de correlação entre as variáveis estudadas, dado que esse tipo de análise procura determinar qual o grau de relacionamento entre elas (HOFFMANN, 2006). A correlação será obtida através de gráficos de dispersão e da inclusão da linha de tendência, com a respectiva equação e coeficiente de determinação, sendo realizada para os pares de indicadores. O número de observações em cada análise poderá ser diferente a depender da disponibilidade dos dados.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho é composto por cinco partes, além desta introdução. Na segunda seção, é abordada a importância dos indicadores econômicos e de gênero, de modo a trazer uma reflexão geral sobre como são construídos, para que servem e quais suas limitações. Na

terceira seção, são introduzidos os dois primeiros indicadores de desigualdade de gênero analisados neste trabalho – o *Gender Gap Index* e o *Gender Inequality Index* -, bem como se faz um panorama do que é a Economia de Gênero e de como ela pode estar relacionada às interpretações observadas pelo GGI e pelo GII. Na quarta parte do trabalho, a estrutura é semelhante à anterior, mas se aborda o indicador de Tempo Total de Trabalho e sua relação com a Economia Feminista. Na quinta seção são apresentados os dados dos indicadores analisados, bem como a correlação entre eles. Por fim, na sexta parte, tem-se as considerações finais.

2 A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS E DE GÊNERO

Analisar como os indicadores econômicos são formados e o que eles expressam faz com que se possa entender quais são as lacunas existentes na captação e interpretação dos dados gerados por eles. Entre essas lacunas, estão as questões relacionadas ao gênero e a suas desigualdades. Para tratar deste assunto, esta seção busca detalhar como os indicadores econômicos e de gênero são formulados, para que servem, e exemplos de cada um eles, de forma que nas próximas partes do trabalho seja possível discutir quais as limitações e quais as contribuições associadas àqueles selecionados para este estudo.

2.1 O QUE SÃO OS INDICADORES ECONÔMICOS E COMO SÃO CONSTRUÍDOS?

Os indicadores econômicos são ferramentas quantitativas que servem ao propósito de guiar análises profundas de diferentes cenários, possibilitando uma tomada de decisão segura. São utilizados para representar, de forma simplificada, um conjunto de ocorrências complexas. Além disso, eles também servem como forma de documentação para o acompanhamento de regiões, empresas, grupos sociais, entre outros, funcionando como um termômetro para compreender o mercado, suas movimentações e fazer previsões.

Segundo Teixeira (2012), para que um indicador seja formulado, são necessários alguns critérios técnicos que dão consistência e aplicabilidade a ele. O primeiro destes critérios é a relevância, tanto das variáveis quanto dos próprios indicadores, para descrever o que está sendo analisado, e avaliar e monitorar a variação dos dados. O segundo preceito é notar qual é o nível de comparação entre as variáveis e os indicadores

ao longo do tempo, bem como com outras realidades (sociais, políticas, religiosas, entre outras), para que seja possível a construção histórica de dados. Também é importante verificar a disponibilidade de cobertura dos mesmos e a periodicidade com o qual devem ser atualizados. Em termos de consistência, é importante ainda relacionar o indicador com um sistema de indicadores, que são classificados conforme suas aplicações finais, como é o caso da área temática da realidade social – por exemplo, indicadores de saúde (taxa de mortalidade), indicadores educacionais (anos de escolaridade), indicadores do mercado de trabalho (taxa de ocupação), indicadores socioeconômicos (Índice de Desenvolvimento Humano) e de condições de vida (expectativa de vida) (TEIXEIRA, 2012).

Para a mensuração dos indicadores, duas abordagens se destacam: a quantitativa e a qualitativa. A abordagem quantitativa traz resultados objetivos que permitem comparações, sendo seus indicadores geralmente obtidos através de censos, pesquisas domiciliares ou registros administrativos, e interpretados por métodos estatísticos (MONSER, 2007 *apud* SOUZA, 2012). Estes são os casos, por exemplo, do Produto Interno Bruto (PIB), do PIB *per capita*, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Balança Comercial e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O ponto negativo desta abordagem é que, para a análise do bem-estar e do desenvolvimento socioeconômico, por exemplo, ela não consegue avaliá-lo de forma integral, já que é incapaz de assimilar informações subjetivas da realidade (BENERÍA, 2003 *apud* SOUZA, 2012).

A abordagem qualitativa, por sua vez, compreende dados subjetivos, como percepções ou experiências, que são coletados por entrevistas, questionários de opinião ou grupos de discussões. Sua limitação se dá exatamente por sua subjetividade, podendo ter diferentes interpretações, o que torna sua legitimidade questionável. Um exemplo desta abordagem é o Índice de Confiança do Consumidor, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que procura obter o sentimento individual dos sujeitos da economia conforme o desempenho conjuntural e de suas finanças pessoais, ou seja, visa revelar quando o consumidor está otimista (identificando-se uma expectativa de que gaste mais, ou ampliando a poupança em situações de maior pessimismo). Para isto é feita uma pesquisa em forma de questionário, que capta as intenções da família, o mercado de trabalho, as intenções de compras de bens de alto valor, a situação da economia local, entre outros.

Os indicadores podem, ainda, ser agrupados, criando um indicador composto (TEIXEIRA, 2012). Esse é o caso mais usual quando o objetivo é refletir sobre fenômenos multidimensionais, agregando componentes associados a ele, de modo que atualmente diversos índices sintéticos são utilizados para representar ou ranquear dimensões políticas, econômicas, sociais, ambientais e de gênero entre os países.

A utilização de índices sintéticos, de acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), possui prós e contras (descritos no Quadro 1). De maneira geral, os aspectos favoráveis compreendem a possibilidade de reunir informações complexas em um único dado, o que simplifica a análise de fenômenos e a difusão das pesquisas relacionadas. Por outro lado, entre os aspectos contrários, destaca-se a possibilidade de os indicadores serem cooptados para finalidades políticas e/ou serem construídos de forma irresponsável, o que conduziria a uma interpretação equivocada da realidade.

Quadro 1 - Prós e Contras na construção e utilização de indicadores sintéticos

PRÓS	CONTRAS
- Conseguem resumir coisas complexas, realidades multidimensionais a fim de apoiar decisões. - São mais fáceis de interpretar quando comparados a uma bateria de indicadores separados. - Conseguem avaliar progressos ao longo do tempo. - Reduzem o tamanho visível de um conjunto de indicadores sem deixar informações subjacentes de fora. - Conseguem incluir mais informações dentro do limite de tamanho existente. - Podem trazer questões de desempenho do país e do progresso no centro da arena política. - Facilitam a comunicação com o público em geral e promovem a prestação de contas. - Ajudam a construir e sustentar narrativas para leigos no assunto. - Permitem que os usuários comparem dimensões complexas com efetividade.	- Podem passar mensagens de políticas enganosas se forem mal construídos ou mal interpretados. - Podem induzir a conclusões simplistas de políticas. - Podem ser mal utilizados se, por exemplo, apoiam um desejo político, quando são construídos de modo não transparente e/ou sem dados estatísticos ou princípios conceituais sólidos. - A seleção de indicadores e de pesos poderia ser objeto de disputa política. - Podem disfarçar falhas graves em algumas dimensões e aumentar a dificuldade de identificar a ação corretiva adequada se o processo de construção não é transparente. - Podem levar a políticas inadequadas se dimensões de desempenho que são difíceis de serem medidos forem ignorados.

Fonte: OECD, 2008, p. 13 – Traduzido e adaptado pela autora.

Entretanto, para que sejam bem construídos, esses indicadores devem se apoiar em algumas regras (que, de modo geral, são boas recomendações para a concepção de quaisquer indicadores). Entre os passos, elencados no Quadro 2, estão o embasamento

teórico que dá respaldo aos indicadores, a forma como os dados devem ser selecionados ou tratados quando inexistentes, o modo de realizar a construção multivariada e os testes subjacentes, e como proceder com a validação em termos teóricos e mediante o contraste com outros indicadores, possibilitando então a divulgação a partir do ímpeto de torná-lo facilmente compreensível e largamente utilizável.

Quadro 2 – Passo a passo para a construção de um indicador sintético

PASSOS	PARA QUE SERVE
1. **Referencial teórico:** fornece a base para a seleção e a combinação de variáveis em um indicador composto sob o princípio de adequação à finalidade (o envolvimento de especialistas e partes interessadas está previsto nesta etapa).	• Para obter uma compreensão clara sobre o fenômeno multidimensional a ser medido. • Para estruturar os vários subgrupos do fenômeno (se necessário). • Para compilar uma lista de critérios de seleção para as variáveis subjacentes, por exemplo, insumos, produtos, processos.
2. **Seleção de dados:** deve ser baseada na solidez analítica, mensurabilidade, cobertura dos países e relevância dos indicadores para o fenômeno que está sendo medido. O uso de variáveis *proxys* deve ser considerado quando os dados são escassos (o envolvimento de especialistas e partes interessadas está previsto nesta etapa).	• Para verificar a qualidade dos indicadores disponíveis. • Para discutir os pontos fortes e as fraquezas de cada indicador selecionado. • Para criar uma tabela de resumo de dados, por exemplo, disponibilidade (dos países, de tempo), fontes e tipos.
3. **Imputação de dados inexistentes:** é necessário para fornecer um conjunto de dados completo, o que deve ocorrer por imputação única ou múltipla.	• Para estimar valores ausentes. •Para fornecer uma medida de confiabilidade de cada valor imputado, como também para avaliar o impacto da imputação nos resultados do indicador composto. • Para discutir a presença de *outliers* no conjunto de dados.
4. **Análise multivariada:** deve ser usada para estudar a estrutura geral do conjunto de dados, avaliar sua adequação e orientar as escolhas metodológicas subsequentes (associadas, por exemplo, à ponderação e à agregação).	• Para verificar a estrutura subjacente dos dados ao longo das duas principais dimensões: indicadores e países (por meio de métodos multivariados adequados, por exemplo, análise de componentes principais, análise de cluster). • Para identificar grupos de indicadores ou grupos de países que são estatisticamente "semelhantes" e fornecer uma interpretação dos resultados. • Para comparar estrutura estatística do conjunto de dados ao referencial teórico e discutir possíveis diferenças.
5. **Normalização:** deve ser realizado para tornar as variáveis comparáveis.	• Para escolher uma adequada normalização que respeite o quadro teórico e as propriedades dos dados. • Para discutir a presença de *outliers* no conjunto de dados, visto que eles podem se tornar *benchmarks* não intencionais. • Para fazer ajustes de escala, se necessário. • Para transformar indicadores altamente viesados, se necessário.
6. **Ponderação e agregação:** devem ser feitas conforme as linhas teóricas subjacentes da estrutura.	• Para selecionar o peso apropriado e o procedimento de agregação que respeitem tanto o marco teórico estrutural quanto as propriedades dos dados. • Para discutir se as questões de correlação entre os indicadores devem ser contabilizadas. • Para discutir se a compensação entre os indicadores deve ser permitida.

(Continuação do Quadro 2)

PASSOS	PARA QUE SERVE
7**. Incerteza e análise de sensibilidade:** deve ser realizada para avaliar a robustez do indicador composto em termos de, por exemplo: o mecanismo incluir ou excluir um indicador, o esquema de normalização, a imputação de falta dados, a escolha dos pesos, o método de agregação.	• Para considerar uma abordagem multimodelo na construção do indicador composto e, se disponível, cenários conceituais alternativos para a seleção dos indicadores subjacentes. • Para identificar todas as fontes possíveis de incertezas no desenvolvimento do indicador composto e acompanhar o resultado mediante limites de incerteza. • Para realizar análises de sensibilidade de inferência e determinar quais fontes de incertezas são mais influentes nas classificações.
8. **Voltar para os dados:** é necessário para revelar os principais motivadores para uma performance boa ou ruim. A transparência é primordial para uma boa análise e para a elaboração de políticas.	• Para traçar o perfil de desempenho do país no nível do indicador, e também para revelar o que está conduzindo os resultados do indicador composto. • Para verificar a correlação e a causalidade (se possível). • Para identificar se os resultados do indicador composto estão excessivamente dominados por poucos indicadores, e para explicar a relativa importância dos subcomponentes do indicador composto.
9. **Associação com outros indicadores**: deve ser feito para correlacionar o indicador composto (ou sua dimensão) com indicadores existentes (simples ou compostos), bem como para identificar associações por meio de regressões.	• Para correlacionar o indicador composto com outras medidas relevantes, tomando em consideração os resultados da análise de sensibilidade. • Para desenvolver narrativas apoiadas nos resultados.
10. **Visualização dos resultados:** deve receber atenção adequada, dado que a visualização pode influenciar (ou ajudar a melhorar) a interpretabilidade.	• Para identificar um conjunto coerente de ferramentas de apresentação para o público-alvo. • Para selecionar a técnica de visualização que comunicam as informações mais importantes. • Para apresentar o indicador composto de uma maneira clara e precisa.

Fonte: OECD, 2008, p.20-21 – Traduzido e adaptado pela autora.

No âmbito dos índices sintéticos, o indicador mais conhecido é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990; com o objetivo de mensurar o bem-estar social. Até então, a utilização exclusiva do PIB *per capita* para fazer esta medição promovia um sentimento de insatisfação, já que por ser um indicador totalmente quantitativo ignorava aspectos mais amplos relacionados à satisfação humana. O IDH, então, foi um dos primeiros índices a colocar outros indicadores para incluir aspectos qualitativos da população (SOARES, 2010), ainda que muitas sejam as críticas com relação às suas limitações.

2.2 OS INDICADORES DE GÊNERO

Segundo Teixeira (2012), foi em 1980 que os indicadores tomam um espaço maior no debate econômico, dada a discussão, durante esse período, que analisava o impacto que as decisões políticas tinham sobre os níveis de pobreza. Entretanto, é mais para o fim dessa década que a produção de indicadores que considera o sexo como uma de suas variáveis ganhou certa credibilidade, sendo que somente em 1995 surgem os primeiros índices com recorte de gênero, desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Mensurar os níveis de desigualdade entre homens e mulheres com indicadores que incluem dados quantitativos e qualitativos tem grande relevância para o debate sobre a igualdade e equidade de gênero no mundo, sendo resultado dos esforços empreendidos a partir da I Conferência Mundial da Mulher, realizada no México em 1975, em que se reconhece a importância dos indicadores sobre as mulheres (TOURIÑO, VILLAR e IGLESIAS, 2010). Segundo a ONU (2005), os indicadores são capazes de tornar visível e trazer para a discussão os prejuízos causados pelas diferenças de oportunidades entre homens e mulheres e como eles impactam no desenvolvimento humano e, também, no crescimento econômico. Ademais, os indicadores de gênero têm um papel fundamental para o desenho de políticas públicas específicas, bem como em suas mensurações e avaliações de impacto (CEPAL/UNIFEM/UNFPA, 2006).

Apesar disso, as pesquisas quantificáveis só surgiram cerca de 20 anos depois, avaliando principalmente a desigualdade de gênero a partir da análise sobre as oportunidades e participação dos sexos nas áreas de economia, educação, saúde e empoderamento político, tendo como foco o *gap* existente entre os homens e as mulheres nestes espaços (WEF, 2014).

Desses esforços iniciais, rapidamente os indicadores de gênero foram disseminados por todas as organizações internacionais a fim de comparar a situação das mulheres nos diferentes lugares. Desses índices, três são da ONU: *Gender-related Development Index* (GDI), que foi reajustado, formando o *Gender Empowerment Measure (*GEM) e o *Gender Inequality Index* (GII) – este último compreende um dos indicadores tratados neste trabalho. Além deles, são desenvolvidos, pelo Fórum Econômico Mundial, o *Gender Equity Index* (GEI) e o *Gender Gap Index* (GGI) – sendo este outro indicador abordado na pesquisa.

Tabela 1 – Índices de Desigualdade de Gênero

INDICADOR	RESPONSÁVEL	OBJETIVO	O QUE É OBSERVADO
Environment and Gender Index (EGI)	International Union for Conservation of Nature (IUCN)	Avaliar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e sua interseção com a sustentabilidade.	Condições de vida da população e do ecossistema, direitos das mulheres e acesso político, estruturas de governança e comprometimento do país em alguns acordos internacionais.
Gender-related Development Index (GDI)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Avaliar o desenvolvimento (pelo IDH) e como ele é sensível ao gênero.	Variáveis do IDH: saúde, educação e renda.
Gender Equity Index (GEI)	Social Watch	Avaliar o *gap* entre homens e mulheres nas variáveis consideradas pelo indicador.	Educação, participação econômica e empoderamento.
*Gender Empowerment Measure (*GEM)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Destacar a lacuna existente entre as oportunidades por gênero.	Participação política e poder de decisão, participação econômica e poder sobre os recursos econômicos.
Gender Gap Index (GGI)	Fórum Econômico Mundial (FEM)	Mensurar o nível de desigualdade de gênero nas variáveis consideradas pelo indicador.	Participação e oportunidades econômicas, educação, empoderamento político e saúde.
Gender Inequality Index (GII)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Avaliar o efeito negativo sobre o desenvolvimento a partir das desigualdades de gênero.	Saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho.
Sustainable Development Goals – Gender Index (SDG)	Equal Measures *2030*	Avaliar a desigualdade de gênero em 14 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).	51 indicadores que avaliam cada um dos objetivos considerados.
Social Institutions and Gender Index (SIGI)	Organização para a Economia Cooperação e Desenvolvimento (OECD)	Analisar a discriminação contra a mulher em instituições sociais.	Discriminação na família, restrição de integridade física, restrição de acesso a recursos financeiros e produtivos e restrição de liberdades civis.

Fonte: EM2030, 2018; OECD, 2008; WEF, 2020; PNUD,2019; PNUD, 2015; KLASEN; SCHÜLER, 2009 – traduzido pela autora.

Atualmente, a partir de um levantamento dos indicadores de gênero existentes (ainda que muitos não estejam em operacionalização), identificaram-se oito índices que avaliam a igualdade entre homens e mulheres. São eles: *Environment and Gender Index* (EGI), *Gender-related Development Index* (GDI), *Gender Equity Index* (GEI), *Gender Empowerment Measure* (GEM), *Gender Gap Index* (GGI), *Gender Inequality Index* (GII), *Sustainable Development Goals – Gender Index* (SDG), e *Social Institutions and Gender Index* (SIGI). Mediante diferentes objetivos, como destacado na Tabela 1, estes indicadores consideram distintos aspectos no comparativo das condições de homens e mulheres, o que se reflete em concepções distintas da desigualdade de gênero. Dos indicadores apresentados, este trabalho aborda o GGI e o GII. A escolha se dá pela alta popularidade dos mesmos a nível mundial, o que aumenta a quantidade de observações para o período analisado (2010 a 2019).

O Brasil ainda não trabalha com indicadores semelhantes em termos de avaliação nacional, para Estados e municípios, por exemplo, já que tanto os órgãos quanto a produção acadêmica estão mais focados nos índices de desenvolvimento humano e não nos índices de desigualdade de gênero (SOUZA, 2012).

Além da diversidade dos indicadores sintéticos apresentados, existe uma variável que, nos últimos anos, tem se colocado como uma importante ferramenta na análise da desigualdade de gênero. Trata-se do Tempo Total de Trabalho (TTT) e, dentro deste, do tempo dedicado às atividades remuneradas e não remuneradas. Embora não seja um índice que reflita a multidimensionalidade das diferenças entre homens e mulheres, porque apenas fornece a informação separada por sexo, permite uma importante reflexão sobre a interseção da esfera pública e privada e de como isso pode impactar as oportunidades individuais. Por sua relevância, o TTT é melhor estudado neste trabalho como uma alternativa (e complemento) aos outros dois indicadores avaliados, o GGI e o GII, que são discutidos na próxima seção.

3 *GENDER GAP INDEX* (GGI), *GENDER INEQUALITY INDEX* (GII) E A ECONOMIA DE GÊNERO

Esta seção aborda com detalhes os dois primeiros indicadores de desigualdade de gênero tratados neste trabalho – GGI e GII -, mostrando quando surgiram, como são formulados, para que servem e quais suas contribuições e limitações. Articulado às suas

definições do significado da igualdade entre homens e mulheres, propõe-se, nesta etapa, a existência de uma convergência entre eles e a Economia de Gênero.

3.1 *GENDER GAP INDEX (GGI)*

O Fórum Econômico Mundial (FEM), fundado na Suíça em 1971, tem seus trabalhos abordando diversos temas contendo problemáticas globais. Anualmente, o FEM promove encontros com empresários, políticos e membros da sociedade civil – líderes de diversos setores da sociedade – com o intuito de propor soluções para essas questões (WEF, 2019). Dentre os diversos relatórios por eles produzidos, está o *Global Gender Gap Report* – Relatório de Desigualdade Global de Gênero, que expõe o impacto nos recursos e oportunidades em diversos setores de interação social associados às questões de gênero (HAUSMANN; TYON; ZAHIDI, 2006).

O Relatório de Gênero, com sua primeira versão em 2006, tem uma metodologia pensada para basear projetos com medidas eficazes na promoção da igualdade de gênero nos países. A orientação metodológica é, assim, baseada na análise de três principais conceitos. O primeiro deles diz respeito à mensuração da desigualdade, que é fundamentada no fator gênero ao invés de ser analisada a partir dos níveis de desenvolvimento de cada país. Isto ocorre em virtude de se considerar que cada nação está em diferentes fases de desenvolvimento, o que pode levar a distintos níveis de acesso e oportunidades a homens e mulheres. Sendo assim, o foco é analisar somente o hiato entre os gêneros, independentemente de qual patamar de desenvolvimento o país está – desenvolvido, emergente ou subdesenvolvido (WEF, 2020).

Outro conceito básico é o foco em variáveis de resultado ao invés de variáveis de entrada (insumos). Aquelas são relacionadas aos direitos básicos (saúde, educação, participação econômica e empoderamento político), enquanto estas se referem a características específicas dos países, como as políticas, instituições, valores culturais e costumes (WEF, 2020).

Por fim, o terceiro conceito diz respeito ao *ranking* construído conforme o grau de desigualdade de gênero ao invés da perspectiva de empoderamento da mulher. Isto para dar destaque à distância a que se está da igualdade de acesso a oportunidades entre os gêneros ao invés de, nas palavras dos autores: “Our aim is to focus on whether the gap between women and men in the chosen indicators has declined, rather than whether women are winning the so-called ‘battle of the sexes’” (WEF, 2020, p. 45).

É preciso deixar claro, entretanto, que esta definição de “empoderamento”, utilizada para o cálculo do indicador, não é a mesma que a teoria feminista tem compreendido recentemente, nem é a mesma tratada neste trabalho. Empoderamento implica ressignificar bases sociopolíticas com o objetivo de romper com o que está posto de forma opressora ao longo da história. Do mesmo modo, “não visa retirar o poder de um para dar a outro a ponto de inverter os polos de opressão, e sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2020, p. 23).

Sendo relativamente acrítico, o objetivo do indicador-chave, o GGI, é mensurar qual é o nível de desigualdade de gênero nos países e acompanhar seus progressos rumo à igualdade. Para isso, são utilizadas variáveis associadas à saúde, educação, economia e política que, depois de apuradas, formam uma classificação dos países participantes, permitindo comparações entre regiões e grupos de renda. Esta classificação tem, como intuito, criar uma consciência global sobre as dificuldades que as diferenças de gênero trazem em diversos setores, bem como as oportunidades para reduzi-las (WEF, 2020).

Para formar cada um destes critérios são utilizados índices e subíndices, conforme mostra a Figura 1. No caso da saúde e sobrevivência, é coletada a proporção sexual ao nascer (%) para mensurar as “mulheres desaparecidas”, que existem em países que tem preferências por filhos do sexo masculino; e a expectativa de vida saudável (anos), para explicar os anos perdidos por conta de violência, doenças, desnutrições, entre outros fatores relevantes. Para a realização educacional são utilizados os dados sobre a taxa de alfabetização (%) e as matrículas nos três níveis de ensino – fundamental, médio e superior (%) –, que têm a perspectiva de analisar a capacidade do país em educar mulheres e homens de forma equivalente (WEF, 2020).

A participação econômica e de oportunidades é constituída pela igualdade de salário para trabalho semelhante (%), taxa de participação na força de trabalho (escala de 1 a 7), renda estimada ($ em PPP), e percentual de trabalhadores profissionais e técnicos (%) e de legisladores, altos funcionários e gerentes (%). Desta forma, este subíndice trabalha três lacunas: participação, remuneração e progressão, sendo a primeira através da taxa de participação na força de trabalho, a segunda pela igualdade de salário e renda estimada, e a terceira pelos trabalhadores profissionais e os cargos de alta patente (WEF, 2020).

Por fim, no empoderamento político é utilizada a quantidade de mulheres no parlamento (%), mulheres em cargos ministeriais (%) e anos decorridos desde que as

mulheres se tornaram chefe de Estado. Aqui se tem uma grande dificuldade, pois não existe um indicador que capture diferenças entre a participação de mulheres e homens nos níveis de governo (WEF, 2020).

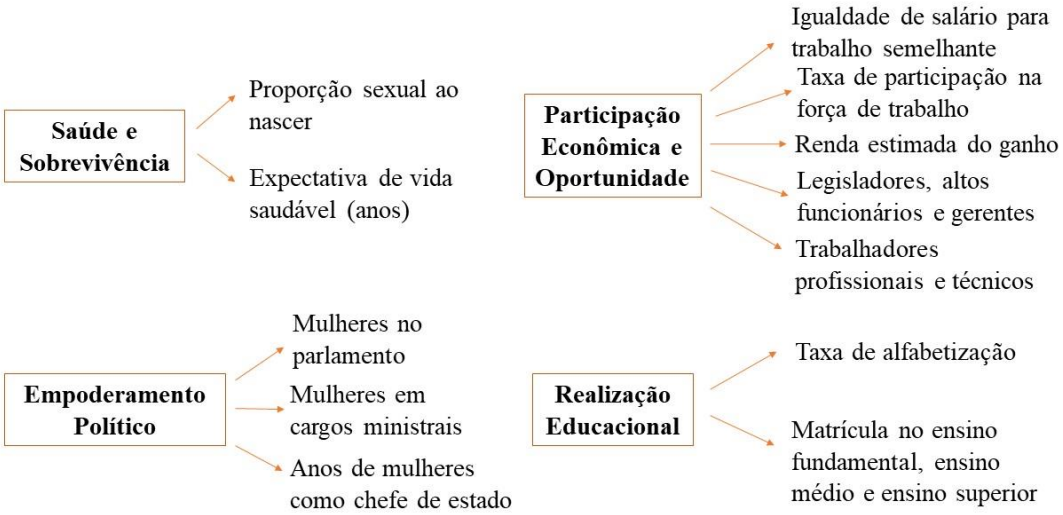

Figura 1 - Formação *Global Gender Gap Index (GGGI)*
Fonte: WEF, 2020 – traduzido pela autora.

Para a construção do GGGI, passa-se por quatro processos. Primeiro é preciso transformar os índices, ou seja, todos os dados são convertidos para 'razões' entre mulheres e homens. Isto se justifica pelo fato de que pode haver mais homens que mulheres em um país, e vice-versa (WEF, 2020). Em seguida, é feito o truncamento de dados para que haja igualdade, ou seja, tirar as vantagens dos homens sobre as mulheres e vice-versa – um exemplo destas vantagens seria a expectativa de vida que, normalmente, é mais alta para mulheres do que para homens -, e transformar as ocorrências mais altas em igualdade absoluta (WEF, 2020).

O terceiro processo é calcular uma média ponderada de todos os subíndices de cada um dos quatro índices – atribuindo pesos de acordo com a maior variância ou desvio padrão -, equalizando o desvio-padrão de cada uma das variáveis para ter certeza de que cada indicador possui o mesmo impacto relativo. E, por fim, calcular o valor final de cada índice, sabendo que o máximo que se pode chegar é 1 (igualdade de gênero) e o mínimo é 0 (desigualdade absoluta) (WEF, 2020).

3.2 *GENDER INEQUALITY INDEX*

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano Globais – *Human Development Report (HDR)* – são publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990, com a intenção de produzir estudos respaldados nas principais questões, tendências e políticas de desenvolvimento (PNUD, 2019a).

Com a intenção de dar luz a estas questões, o relatório produz uma série de índices que retratam os diferentes tipos de desenvolvimento humano e como eles estão progredindo nos diversos países. Entre esses índices está o Índice de Desigualdade de Gênero – *Gender Inequality Index* (GII), que possui três dimensões para sua formação: saúde reprodutiva, 'empoderamento' e mercado de trabalho.

A partir destas três dimensões é formado um índice para o gênero feminino e um índice para o gênero masculino que, por sua vez, irão produzir parte do GII, conforme a Figura 2. Para formar a dimensão saúde, são coletados os dados da taxa de mortalidade materna e da taxa de partos na adolescência – número de partos de mulheres com idades entre 15 e 19 anos, por mil mulheres da mesma faixa etária. Desta maneira, é produzido o índice de dimensão da saúde reprodutiva feminina, utilizado para o cálculo final do índice feminino (PNUD, 2019a). Já na dimensão 'empoderamento', é medida a população, com idade igual ou superior a 25 anos, com pelo menos uma parte do ensino secundário. Também é levada em consideração a taxa de participação na força de trabalho – porcentagem da população com 15 anos ou mais de idade que participa ou está à procura de trabalho (PNUD, 2019a). Novamente, cabe destacar que a interpretação sobre o 'empoderamento' vai de encontro com a defendida por esse trabalho, uma vez que a mensuração do percentual de mulheres com acesso à educação ou ao mercado de trabalho pode estar associada à ampliação das liberdades individuais, sem que esteja relacionada a uma profunda alteração da condição das mulheres enquanto grupo.

Na dimensão do mercado de trabalho também se avalia a porcentagem de assentos no parlamento ocupados por mulheres e homens, gerando os respectivos índices dessa dimensão (PNUD, 2019a).

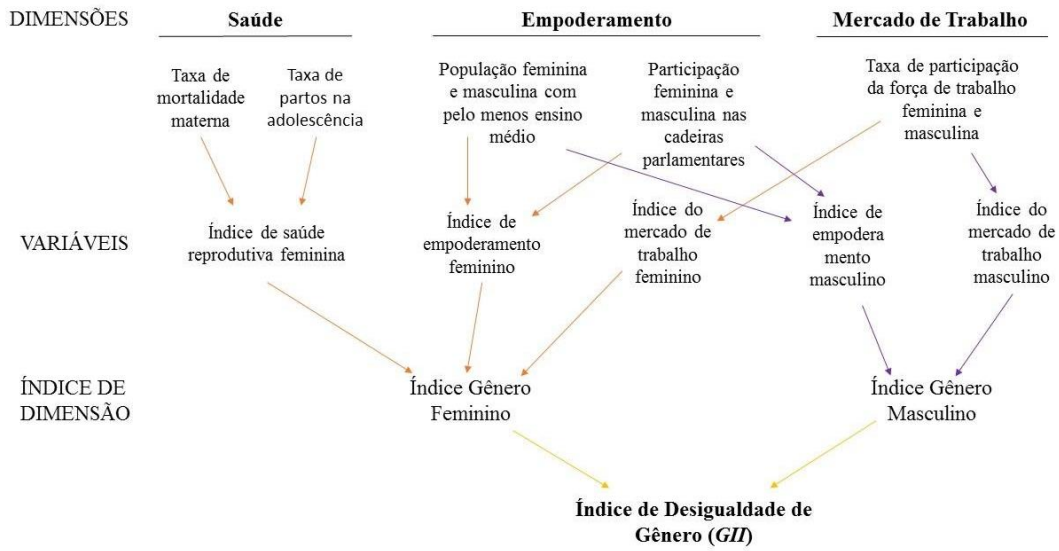

Figura 2 - Construção do *Gender Inequality Index (GII).*
Fonte: PNUD, 2019b - traduzido pela autora.

Para a formação do GII, são necessários 5 passos. O primeiro é tratar os zeros e os valores extremos porque médias geométricas não podem ser calculadas a partir deles. Em consequência é estipulado um valor mínimo de 0,1 para todos os indicadores componentes. Da mesma forma é estabelecido um valor máximo para a taxa de mortalidade materna (mil mortes por cem mil nascimentos) e um valor mínimo (dez mortes por cem mil nascimentos). Isso é feito levando em consideração que os países que ultrapassam os valores máximos não apresentam diferenças significativas entre si nas condições e suporte para a saúde das mulheres, o que ocorre também entre as nações com os menores níveis de mortalidade materna (PNUD, 2019b).

A segunda etapa consiste em agregar as dimensões para cada gênero utilizando a média geométrica, para que as associações do GII se tornem mais sensíveis. Para o sexo feminino a fórmula de agregação é:

$$\mathrm{G}f = \sqrt[3]{\left(\frac{10}{\mathrm{MMR}} \cdot \frac{1}{ABR}\right)^{\frac{1}{2}} \cdot (PRf \cdot SEf)^{\frac{1}{2}} \cdot LFPRf} \qquad (01)$$

onde G*f* representa a média geométrica para o gênero feminino; MMR é a taxa de mortalidade materna (do inglês, *Maternal Mortality Ratio*); *ABR* é a taxa de partos na adolescência (do inglês, *Adolescent Birth Rate*); PR_f é a participação feminina das cadeiras parlamentares (do inglês, *Parlamentary Ratio*); SE_f é a população feminina com

pelo menos ensino médio (do inglês, *Secondary Education*); e $LFPR_f$ é a taxa de participação da força de trabalho feminina (do inglês, *Labour Force Participation Rate*).

Para o sexo masculino, a fórmula é:

$$\mathrm{GM} = \sqrt[3]{1 \cdot (PRm \cdot SEm)^{\frac{1}{2}} \cdot LFPRm} \qquad (02)$$

onde: G_m representa a média geométrica para o gênero masculino; PR_m é a participação masculina nas cadeiras parlamentares; SE_m é a população masculina com pelo menos ensino médio; e $LFPR_m$ é a taxa de participação da força de trabalho masculina.

Após essa etapa, o próximo passo é agregar os índices feminino e masculino pela média harmônica, ou seja, criar um índice de gênero igualmente distribuído. Isto é realizado para retirar desigualdades como, por exemplo, a expectativa de vida, em que as mulheres possuem expectativas maiores que os homens. Este índice da média harmônica de médias geométricas consegue registrar a desigualdade entre mulheres e homens sobrepondo-as nas dimensões. Para isso, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\mathrm{HARM}\ (\mathrm{Gf}, \mathrm{Gm}) = \left[(Gf)^{-1} + \frac{(Gm)^{-1}}{2}\right]^{-1} \qquad (03)$$

onde: HARM representa a média harmônica; G*f* a média geométrica feminina e G*m* a média geométrica masculina, como apresentadas acima.

O quarto passo é calcular a média geométrica a partir da média aritmética para cada um dos indicadores. Para conseguir um padrão de referência, a fim de calcular a desigualdade, é preciso agregar os valores dos índices femininos e masculinos usando pesos iguais – e tratar os gêneros igualmente -, e, em seguida, agregar os índices por três dimensões:

$$\mathrm{G}\ \overline{f}, \overline{m} = \sqrt[3]{\overline{Saúde} \cdot \overline{Empoderamento} \cdot \overline{LFPR}} \qquad (04)$$

onde: *LFPR* é a taxa de participação da força de trabalho.

Assim, os componentes são obtidos a partir das equações apresentadas abaixo. Para o caso da saúde:

$$\overline{Saúde} = \frac{\sqrt{\frac{10}{MMR} \cdot \frac{1}{ABR}} + 1}{2} \tag{4.1}$$

onde: *MMR* é a taxa de mortalidade materna; e *ABR* é a taxa de partos na adolescência.

Para o empoderamento:

$$\overline{Empoderamento} = \frac{\sqrt{PRf \cdot SEf} + \sqrt{PRm \cdot SEm}}{2} \tag{4.2}$$

onde: PR_f e PR*m* são a participação feminina e masculina, respectivamente, nas cadeiras parlamentares; e SE_f e SE*m* é a população feminina e masculina, respectivamente, com pelo menos ensino médio. E para a participação na força de trabalho:

$$\overline{LFPR} = \frac{LFPRf + LRPFm}{2} \tag{4.3}$$

onde $LFPR_f$ é a taxa de participação da força de trabalho feminina e $LFPR_m$ é a taxa de participação da força de trabalho masculina.

Por fim, o último passo é comparar o índice de gênero igualmente distribuído com o de referência, produzindo assim o GII:

$$GII = 1 - \left(\frac{HARM(Gf, Gm)}{G\bar{f}, \bar{m}}\right) \tag{05}$$

onde GGI é o indicador de desigualdade de gênero (do inglês, *Gender Inequality Index*); HARM é a média harmônica; e G*f,m* é a média geométrica para feminino e masculino (PNUD, 2019b).

Este indicador mostra como homens e mulheres experimentam diferentes oportunidades, mas não consegue relacionar essa assimetria com tipos distintos de desenvolvimento. Em outras palavras, não traz uma medida sobre em qual país a mulher se encontra em uma melhor posição comparativamente às mulheres de outras nações, de modo que é possível que, em uma situação de menor *gap* de gênero, as mulheres tenham piores condições de vida do que em um país no qual o *gap* é maior.

3.3 DO GGI E DO GII PARA A ECONOMIA DE GÊNERO

Dado a forma como os índices apresentados até aqui são pensados e construídos, é possível entrar na discussão sobre como eles refletem visões teóricas específicas, uma vez que traduzem as relações de gênero a partir de uma compreensão particular das desigualdades entre homens e mulheres. Como tanto o GGI quanto o GII utilizam variáveis que mensuram somente o que está na esfera pública – saúde, empoderamento político, salário, escolaridade, entre outros -, interpretam as relações de gênero como aquelas processadas nestes espaços. Ou seja, dado o atraso histórico das mulheres em ocupar estas áreas, a solução para suas diferenças de oportunidade em relação aos homens viria com sua incorporação plena no mercado de trabalho, nos sistemas educacionais e políticos, bem como nas condições iguais no acesso à saúde.

Aspectos associados à esfera privada estão, portanto, fora da avaliação. Da mesma maneira, a chamada 'economia de gênero' identifica as relações entre homens e mulheres enquanto processadas na esfera pública, de modo que visa incluí-las neste ambiente que é majoritariamente masculino, sem considerar as diferenças existentes entre ambos na vida privada - fora do "econômico" – e a forma como isso impacta a vida pública de uma mulher que tem dupla jornada de trabalho. Para compreender o espaço de discussão dessa área de estudos na economia, a próxima subseção explora as principais ideias da economia de gênero.

3.3.1 Uma visão geral da Economia de Gênero

A Economia de Gênero tomou forma a partir da década de 1960 com pautas de discussão sobre a inserção da mulher como sujeito econômico, ou seja, critica a ausência do sujeito feminino nas análises até então realizadas (LAKE, 1992 *apud* BOHN, 2017). Nessa linha, sua discussão é baseada no "direito a ter direitos", ou seja, procura-se alcançar a igualdade de direitos reais entre os sexos, sem alterar o modelo dominante (CARRASCO, 2008). Em outras palavras, a Economia de Gênero busca incluir a mulher como sujeito e objeto de estudo dentro do pensamento e dos discursos androcêntricos, em quadros analíticos preexistentes, sem questioná-los ou propor algum tipo de modificação ou quebra de paradigmas (OROZCO, 2005; CARRASCO, 2008).

No aspecto prático, de acordo com Carrasco (2008), a Economia de Gênero pertence a uma busca pela inclusão da mulher no mundo masculino e nos espaços sociais

que são tradicionalmente ocupados por homens e que possuem um reconhecimento de *status* social. Conforme Orozco (2005), citando a fala de Hewitson (1999), trata-se de "adicionar mulheres e mexer". Assim, para a Economia de Gênero:

> [...] do ponto de vista ortodoxo, é apenas de extremo interesse promover igualdade de oportunidades (a possibilidade de acesso à educação ou emprego, por exemplo) e não a redução da desigualdade nos resultados (em salários, renda ou riqueza, por exemplo) (BENERÍA; BERIK; FLORO, 2018, p. 100) - traduzido pela autora.

A partir desse olhar, Orozco (2005) destaca a existência de duas correntes centrais de análise da Economia de Gênero: os estudos de igualdade, que discutem a ausência feminina na comunidade acadêmica; e o empirismo feminista, que aborda a representação subestimada delas no mercado de trabalho (OROZCO, 2005 *apud* BOHN, 2017).

A primeira corrente recai na negação da mulher como sujeito epistemológico, tendo por objetivo desafiar esta situação e documentar suas características e importância, sem questionar as formas de criação do conhecimento. Desta maneira, a reivindicação é que as mulheres também são capazes de fazer ciência, apesar desta capacidade ter sido negada (OROZCO, 2005). A segunda corrente, por outro lado, define que as mulheres não fazem parte da análise econômica por conta dos vieses androcêntricos enraizados que impedem a boa ciência e uma análise mais objetiva. Seu propósito é reverter esses erros históricos, ainda sem questionar o método científico ou as referências pré-existentes (OROZCO, 2005).

De maneira geral, a Economia de Gênero foca nas explicações das desigualdades entre os sexos, especialmente no mercado de trabalho, um espaço tradicional de análise econômica, de modo que o questionamento feito por economistas que se propõem a estudar o gênero é explicar por que as mulheres ganham menos que os homens quando nele adentram. Isto é realizado a partir de mudanças e adaptações em metodologias androcêntricas já existentes, incluindo apenas o elemento 'gênero' (JACOBSEN, 1994 *apud* OROZCO, 2005). Diante disso, é evidente que traz um viés de análise das diferenças, porque o cenário a ser explorado é o mesmo, mas agora com atores distintos – os homens e as mulheres. Disso vem a necessidade de analisar a participação e a discriminação observada nos ambientes econômicos tradicionais, visando a igualdade de direitos para ambos os gêneros (OROZCO, 2005).

3.3.2 A igualdade de gênero nos indicadores e na Economia de Gênero

A partir desta reflexão inicial, parece ser possível estabelecer uma convergência entre a interpretação da 'igualdade de gênero' identificada pelos indicadores GGI e GII e como ela é tratada no âmbito da Economia de Gênero.

Orozco (2005) avalia as desigualdades de gênero a partir do questionamento das abordagens androcêntricas ou do patriarcado, de modo que "a grandes rasgos podemos afirmar que la economía ha sido un conocimiento creado por hombres para explicar las experiências masculinas" (OROZCO, 2005, p. 45). Esse questionamento, entretanto, não é tão visível nos trabalhos classificados como pertencentes à Economia de Gênero, que tem suas bases na Nova Economia Doméstica, mesclando as interpretações de Gary Becker sobre a Economia da Família e de Jacob Mincer sobre a Teoria do Capital Humano (OROZCO, 2005). Apoiada nessas visões, ancora-se no individualismo dos agentes econômicos e nas decisões tomadas por eles, que levam em conta as ponderações sobre as utilidades esperadas.

Embora a vivência feminina não seja um objeto de análise econômica tradicional, o que se dá pela presença vívida dos vieses androcêntricos já citados, a reversão da invisibilidade das mulheres e das diferentes relações de poder econômico para a Economia de Gênero está associada à mera incorporação das mulheres nos espaços tradicionalmente masculinizados que, por seu turno, viria mediante uma igualdade de acesso, não de resultados. Nestes casos, transfere-se ao indivíduo as decisões sobre suas condições nos quesitos analisados, certificando-se das possibilidades de acesso para o grupo, mas não garantindo que as conquistas individuais impliquem em mudanças significativas da posição das mulheres na sociedade.

Parte disso se deve ao fato de que, ao utilizar o pensamento de Robeyns como referência, Orozco (2005) salienta que a abordagem utilizada pela Economia de Gênero dá destaque à metodologia (aos métodos de análise empregados), em vez de olhar para o que é considerado relevante. Desta forma, todas as questões femininas relacionadas ao gênero que a metodologia *mainstream* não está preparada para analisar através das ferramentas tradicionais são ignoradas pelos economistas de gênero, relegando-as a questões não econômicas. Nesse caso, as pesquisas sobre trabalho geralmente não incluem a relação entre emprego remunerado e afazeres domésticos e trabalho de cuidado, causando um viés na análise de que tanto homens quanto mulheres participam do mercado

de trabalho assalariado em condições econômicas semelhantes, “excluindo o não econômico” do estudo (ARAYA, 2003).

A partir das interpretações da economia de gênero, que defende que as mulheres sejam inseridas nestes espaços públicos, bem como as definições dos indicadores de desigualdade de gênero analisados – *Global Gender Gap Index* e *Gender Inequality Index* - que utilizam, em sua formação, índices convencionais da análise econômica (acesso aos espaços públicos na saúde, na educação e na política), é possível afirmar que ambos adotam uma visão semelhante para a igualdade de gênero: incluir a mulher dentro destes espaços tradicionalmente masculinizados, sem fazer maiores alterações em suas estruturas e sem considerar que as relações de poder entre homens e mulheres estão alicerçadas em bases mais amplas do que a mera exclusão feminina de esferas específicas.

4 O USO DO TEMPO E A ECONOMIA FEMINISTA

Esta seção traz uma reflexão sobre o indicador de uso do tempo – o Tempo Total de Trabalho. Para isso, abordam-se aspectos associados ao seu surgimento e formulação, objetivo e contribuições/limitações. Seguindo a ideia apresentada anteriormente e levando em consideração a igualdade no uso do tempo como forma de avaliar as desigualdades entre homens e mulheres, propõe-se, nesta etapa, a existência de uma convergência entre o TTT e a Economia Feminista.

Antes de adentrar nos tópicos da seção é importante destacar, entretanto, que as pesquisas de uso do tempo não compreendem indicadores constituídos com a finalidade específica de avaliar a desigualdade de gênero. Entretanto, a possibilidade de observar como homens e mulheres alocam as horas do dia permite uma ampla reflexão sobre os ‘papeis sociais’ que eles desempenham, bem como dá luz àquelas atividades que são tradicionalmente femininas e invisibilizadas porque praticadas no âmbito doméstico, que não geram remuneração, mas que funcionam como um grande limitador à inserção plena na esfera pública. Neste caso, o tempo serve como uma medida que avalia condições que parecem ser prévias àquilo debatido nos indicadores anteriores. Daí sua ampla difusão nos trabalhos e pesquisas mais recentes sobre as desigualdades de gênero.

4.1 AS PESQUISAS DE USO DO TEMPO E O TEMPO TOTAL DE TRABALHO (TTT)

O dia, apesar de ter as mesmas 24 horas para todas as pessoas, é dividido de maneira muito desigual em função do gênero que dele faz uso, tanto em intensidade quanto em períodos dedicados a trabalhos domésticos, descanso, lazer, estudos e cuidados de si. Assim, homens e mulheres dividem seu tempo de acordo com os diferentes tipos de trabalho, remunerado e não remunerado, de modo que a decisão de como alocar o tempo entre as atividades muitas vezes não é feita de maneira autônoma, mas baseada em pressupostos e determinações sociais e econômicas, que ditam regras sociais sobre o trabalho reprodutivo e sobre o mercado de trabalho (SUCUPIRA e FREITAS, 2014; ARAYA, 2003; DEDECCA, 2008).

Para reduzir e, possivelmente, acabar com as desigualdades no uso do tempo, são necessárias grandes transformações que passam pelos estudos de reconhecimento das diferenças, pela conscientização da sociedade para mudanças culturais e, até mesmo, através de políticas públicas. No que cabe ao reconhecimento das diferenças, é preciso mensurar e transformar em dados quantitativos as distinções de gênero na alocação do tempo, de modo a avaliar o quanto isso impacta na vida pública e privada das pessoas.

Desta forma, as estatísticas relatando o uso do tempo de mulheres e homens foram desenvolvidas a partir dos anos 90, reunindo informações sobre a quantidade de horas despendidas por ambos em determinadas tarefas consideradas socialmente masculinas ou femininas (de acordo com a ONU (2005), trataria das condições de vida de uma família da classe trabalhadora). Segundo Araya (2003), atualmente as pesquisas de uso de tempo são reconhecidas como as mais efetivas para tornar visível e reconhecido o trabalho doméstico da mulher, permitindo levar esta problemática até o âmbito público.

As estatísticas sobre o uso do tempo analisam uma série de atividades que os indivíduos realizam durante seu dia (24 horas) ou sua semana (sete dias), incluindo, por exemplo, comer, viajar, os cuidados com crianças e idosos, os trabalhos informais ou segundo trabalho, os afazeres domésticos não pagos, dirigir um veículo, fumar ou “não fazer nada”, entre outros (ONU, 2005). Além disto, as Nações Unidas (2005) ainda classificam as atividades como *single activity* (atividade única) ou *simultaneous activities* (atividades simultâneas), que podem ser feitas isoladamente ou em paralelo, respectivamente. Por exemplo, uma mulher que está tomando conta de uma criança enquanto escuta o rádio está engajada em duas atividades no mesmo período.

A coleta de dados básica consiste em informações sobre atividades, a hora do dia que elas ocorrem e sua duração. Estes dados são registrados ao longo de um tempo, normalmente 24 horas, e a forma de captação das informações se dá através de um diário de tempo em que os entrevistados respondem a uma série de perguntas sobre seu dia a dia (ONU, 2005). O diário para a coleta, por seu turno, pode ser de diferentes tipos, sendo comuns o *diário completo* e o *diário leve*. A diferença entre eles é a maneira como as descrições das atividades são registradas (ONU, 2005).

O diário completo descreve as atividades, que são codificadas posteriormente para a classificação (no diário de 24 horas completo há uma coluna que registra o horário de início e término de uma atividade e uma coluna para descrever a atividade principal, conforme a Figura 3) (ONU, 2005). Já o diário leve restringe as descrições das atividades em categorias pré-codificadas, sendo mais abrangente e limitando as respostas dos entrevistados (no diário de 24 horas leve, há 22 atividades pré codificadas em categorias que possuem subitens nas linhas, e intervalos de tempo de 15 minutos nas colunas). No exemplo da Figura 4, o dia de 24 horas começa às 4h00, às atividades marcadas indicam que o entrevistado estava dormindo ou descansando no período até às 5h45, envolvido em cuidados pessoais das 5h45 às 6h15 e teve refeições das 6h15 às 6h30 (ONU, 2005).

Hora de início	Hora do término	1	2	3	4	5
		Qual foi a sua principal atividade? (Por favor, registre todas as tividades, mesmo que elas tenham durado apenas um minuto.)	Para quem você fez esta atividade?	O que mais você estava fazendo ao mesmo tempo?	Onde você estava?	Quem estava com você em casa ou com você fora de casa?

Figura 3 – Formato de diário de 24 horas completo
Fonte: ONU (2005) - traduzido pela autora.

Categoria de atividades		4h00 - 5h00				5h00 - 6h00				6h00 - 7h00				7h00 - 8h00				8h00 - 9h00				9h00 - 10h00			
Dormindo e descansando	1																								
Comendo	2																								
Cuidados pessoais	3																								
Escola (tarefas escolares)	4																								
Trabalhando como empregado	5																								
Trabalhando em negócio próprio	6																								
Agricultura	7																								
Criação de animais	8																								
Pescando	9																								
Fazendo compras/obtendo serviços	10																								
Tecelagem, costura, outros cuidados têxteis	11																								
Cozinhando	12																								
Serviços domésticos (lavando, limpando)	13																								
Cuidando de crianças/adultos/idosos	14																								
Descolando-se	15																								
Viajando	16																								
Assistindo TV	17																								
Lendo	18																								
Sentando-se com a família	19																								
Exercitando-se	20																								
Fazendo visitas sociais	21																								
Praticando algum hobbie	22																								
Outros, especificar	23																								

Figura 4 – Formato de diário de 24 horas leve
Fonte: ONU (2005) - traduzido pela autora.

As pesquisas de uso do tempo realizadas pelas Nações Unidas (2005) têm como estratégia manter uma coleta de dados modular, ou seja, coordenar entrevistas e recontados ou *call-backs* com outros módulos. Estes novos tópicos e formulários vão tornando a pesquisa mais complexa e mais rica. A abordagem com os entrevistados também pode ser diversa, sendo realizada pessoalmente, por telefone, ligação de vídeo ou diários deixados no domicílio. Tudo depende da disponibilidade do mesmo.

Normalmente, são estes os dados utilizados sobre o uso do tempo em pesquisas com temáticas de gênero, assistência social, trabalho não remunerado, famílias e uso de tempo, pobreza de tempo e pobreza de uma perspectiva de gênero, cuidado e economia de cuidado, avaliação econômica de trabalho doméstico e não remunerado, conta satélite, entre outros (AGUIRRE e FERRARI, 2013). Além disso, Aguirre e Ferrari (2013) ainda apontam que algumas organizações de cooperação internacional, como a CEPAL e a OIT, fazem convênios com instituições acadêmicas a fim de produzir os estudos vinculados às necessidades de políticas específicas. Estes estudos podem contribuir para criar espaços para um trabalho intersetorial entre a academia, o Estado e a sociedade civil para a concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas de gênero.

No caso do Brasil, existem diversas pesquisas socioeconômicas que agrupam os dados sobre o tempo dedicado ao trabalho assalariado no país, como é o caso do Censo, da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) (SUCUPIRA e FREITAS, 2014). No caso do trabalho não-assalariado, conforme Barbosa (2018), as primeiras pesquisas sobre o uso do tempo aconteceram entre 1996 e 1997 a partir da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), feita pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nela continham informações sobre o tempo gasto em trabalho produtivo, afazeres domésticos, trabalho comunitário, permanência em estabelecimento de ensino e transporte. Entretanto, foi somente em 2001 que o IBGE incluiu duas perguntas sobre o uso do tempo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): "*Na semana do período de referência, você cuidava dos afazeres domésticos?*" e "*Quantas horas dedicava normalmente, por semana aos afazeres domésticos?*" (SUCUPIRA e FREITAS, 2014). Também foi perguntado com quem, onde e para quem as atividades foram direcionadas, de modo que as informações obtidas pudessem ser cruzadas por sexo, religião, renda, idade, entre outros (SOARES, 2007 *apud* BARBOSA, 2018).

Posteriormente, em 2007, ocorreu o Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo, no Rio de Janeiro, realizado pelo IBGE, tendo como objetivo aprimorar o monitoramento, a avaliação e as demandas das estatísticas sobre gênero e uso do tempo. O seminário incluiu o projeto 'Uso do Tempo e Trabalho não Remunerado das Mulheres no Brasil e Cone Sul', realizado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) (BARBOSA, 2018). No âmbito deste seminário, em 2008 foi fundado o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, formado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), pelo IBGE e pelo Ipea como membros fixos, e pela UNIFEM e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) como convidados (SUCUPIRA e FREITAS, 2014). O comitê tinha por finalidade realizar estudos e pesquisas, bem como desenvolver sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo, com o objetivo de incorporar a perspectiva de gênero na produção e análise das estatísticas oficiais (BARBOSA, 2018).

Segundo Cavalcanti (2010), com base nas discussões do comitê, o IBGE realizou, entre 2009 e 2010, uma pesquisa-piloto inédita sobre o uso do tempo executada dentro do modelo de diário desenvolvida no âmbito de teste da PNAD-Contínua, tendo como representatividade 20% da amostra em cinco estados brasileiros. A pesquisa-piloto classificou as atividades realizadas no dia a dia em onze grandes grupos:

1 - Atividades de trabalho

2 - Atividades de afazeres domésticos

3 - Atividades de cuidado de pessoas da família

4 - Atividades de trabalho voluntário

5 - Atividades de estudo

6 - Atividades de socialização

7 - Atividades de presença a eventos/locais culturais, de entretenimento e esportivos

8 - Atividades de hobbies, jogos e passatempos

9 - Atividades físicas e prática de esportes

10 - Atividades de uso de meios de comunicação de massa

11 - Atividades de cuidados pessoais e da própria saúde

Como era uma pesquisa-piloto, tinha diversas limitações, dentre elas: respostas com pouca cobertura na codificação; heterogeneidade do país (o que dificulta a alocação de atividades iguais com diferentes denominações); problemas de metodologia com relação à forma e ao tempo de preenchimento do diário; falta de compatibilidade do diário com a dinâmica já utilizada anteriormente pela PNAD-Contínua; e não neutralização das influências sazonais – fins de semana, feriados e férias (COBO, 2017 *apud* BARBOSA, 2018).

A partir destas restrições apresentadas pela pesquisa-piloto, o IBGE passou a incorporar novas informações e refinar a captação dos dados na PNAD-Contínua entre 2012 e 2015. Isto foi feito a partir de três pilares com relação ao trabalho não-remunerado: trabalhos voluntários; trabalhos em afazeres domésticos; e trabalhos em cuidados de pessoas, incluindo crianças ou aqueles que precisam de cuidados especiais.

Mesmo com esta mudança, ainda foram necessárias algumas alterações no questionário. Elas ocorreram em relação à melhor cobertura de atividades e à distinção do número de horas dedicadas aos afazeres domésticos e aos cuidados. Com isto, a primeira divulgação de dados anuais sobre outras formas de trabalho – que incluía a ampliação dos dados sobre o uso do tempo – pela PNAD-Contínua foi realizada em 2017 (BARBOSA, 2018). O novo questionário da pesquisa está disponível nos Anexos A e B.

É importante observar que a ONU unifica os dados sobre o uso do tempo para que sejam possíveis comparações internacionais. Ao fazer isso, acaba-se gerando uma heterogeneidade para o indicador, visto que cada país adota uma forma diferente de pesquisa e coleta dos dados. Ainda assim, a intenção de reuni-los é possibilitar o estudo e a comparação de diferentes sociedades, que podem variar culturalmente a distribuição das suas atividades pelos dias. Outro objetivo seria estabelecer uma base de dados internacional contendo as características da vida cotidiana de diferentes famílias, com diferentes condições socioeconômicas e culturais, o que contribuiria para testes de métodos e hipóteses de pesquisas sociais e comparativas entre os países (ONU, 2005).

Especificamente com relação às discussões sobre as disparidades de gênero, as pesquisas sobre o uso do tempo buscam trazer uma reflexão sobre as atividades realizadas por mulheres e homens, de forma a avaliar os papéis sociais e a desigualdade de condições e oportunidades entre os sexos. Um exemplo disto é a divisão sexual do trabalho, que coloca as mulheres como principais responsáveis pela realização das atividades domésticas e de cuidado, enquanto os homens são direcionados ao mercado de trabalho, limitando as trocas entre os espaços e a melhor divisão de tarefas, que poderia possibilitar condições mais equânimes uma vez que várias destas atividades feminizadas não são valoradas socialmente e remuneradas economicamente (CAVALCANTTI; PAULO; HANY, 2010).

Indo de encontro à divisão sexual do trabalho, a CEPAL (2013) aponta que o nível de bem-estar dos indivíduos decorre das atividades que eles podem fazer durante o tempo disponível – trabalho, lazer e descanso, entre outras possibilidades. A grande questão é que o tempo é um recurso escasso e limitado. Neste sentido, é possível destacar que o tempo dedicado ao trabalho remunerado, o mais 'bem-visto' socialmente, é parte essencial tanto da subsistência como do bem-estar da população. Porém, quanto mais tempo dedicado às atividades remuneradas, menos tempo sobra para as atividades domésticas e de lazer, e vice-versa.

Essa lógica serve a homens e mulheres, mas dada que a alocação de tempo é bastante marcada pelo gênero, surgem grandes discrepâncias quando há um crescimento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, a partir do qual se observa um crescimento do tempo dedicado por elas às atividades remuneradas, sem a contrapartida masculina, ou seja, sem que eles avancem com a mesma dinâmica em direção aos afazeres domésticos e ao trabalho de cuidado. Desta forma, o bem-estar feminino é prejudicado pela sobrecarga de trabalho, a chamada dupla jornada, que deixa as mulheres sem tempo para se dedicarem ao lazer, aos estudos, à convivência familiar, às atividades sociais e políticas e ao descanso (VEIGA, 2019).

A partir desta reflexão, as pesquisas sobre o uso do tempo são extremamente necessárias para entender e promover o acesso a informações sobre a qualidade de vida da população, além de refletir para a discussão das desigualdades de gênero presentes no dia a dia (SUCUPIRA e FREITAS, 2014). Deste modo, melhores condições de vida e situações mais equânimes em termos de gênero podem ser interpretadas a partir de dois olhares: (i) pela maior disponibilidade de tempo para atividades diversas; e (ii) pelo fato de ser homem ou mulher não condicionar alocações de tempo muito diferentes entre si.

4.2 DO TTT PARA A ECONOMIA FEMINISTA

Do mesmo modo que já realizado na seção anterior, a construção de indicadores com a finalidade de refletir sobre o tempo total de trabalho da população, em horas remuneradas e não-remuneradas e, nestas, em atividades de cuidado e afazeres domésticos, permite uma aderência com discussões teóricas que passam a considerar, como extremamente importante, o vínculo entre a esfera produtiva e reprodutiva para visualizar as necessidades da população em diversas frentes.

Quando este indicador é segmentado pelo gênero, oportuniza trazer uma reflexão sobre as distintas possibilidades observadas para homens e mulheres em uma determinada sociedade. Daí que, a partir desta discussão, pode-se fazer uma reflexão sobre como o TTT e o tempo dedicado às atividades não-remuneradas se encaixam nos estudos da Economia Feminista. Para compreender o espaço dessa área de estudos na economia, a próxima subseção explora suas principais ideias.

4.2.1 Visão geral da Economia Feminista

Conforme define Nelson (2005 *apud* LEMOS 2019), a Economia Feminista tem seus estudos direcionados aos papeis de gênero na economia, e faz uma crítica ao conteúdo e à metodologia que tem como base as ciências econômicas *mainstream* - que desconsideram as mulheres (tratando-as a partir da invisibilidade) e que, ao fazer isso, reforçam a opressão sobre as mesmas. Sendo assim, as pesquisas feministas visam ultrapassar estas falhas de invisibilização da mulher a partir da reconstrução das bases da teoria econômica tradicional, pensando-a mediante novos modelos, métodos, temas de pesquisa e pedagogias (NELSON, 1995).

Na economia tradicional, os valores masculinos – inquestionáveis - estão enraizados, tendo como base de seus estudos os processos de valorização do capital (LEMOS, 2018; FERNANDEZ, 2021). Para que os modelos econômicos funcionem, a economia ortodoxa criou um ‘indivíduo racional’ para ser o agente econômico – o *homo economicus* – que conforme Grecco (2019) é:

> (...) um indivíduo essencialmente interessado em si mesmo, racional, supostamente autossuficiente, sem gênero, sem classe e sem origem étnica, mas historicamente relacionado à sociabilidade do homem branco, hétero, que pertence à classe dominante, cujo objetivo principal é a busca pelo lucro capitalista (GRECCO, 2019, p. 123).

Este homem se parece, portanto, com o “homem cogumelo” de Thomas Hobbes, que já nasce formado e com suas preferências definidas, sem depender de nada e sem nenhuma responsabilidade a não ser sobre ele mesmo. Ao não refletir as vivências femininas (e nem mesmo a ampla variedade de experiências masculinas), este modelo claramente exclui as mulheres de suas análises, indicando não somente que o agente não as representa, como também delimitando as esferas no qual se insere, que compreendem os espaços a serem analisados pela economia. Essa cisão, que promove a não incorporação de atividades tradicionalmente identificadas como femininas, institucionaliza a separação “natural” dos âmbitos público e privado na disciplina. Como consequência, tem-se a invisibilidade dos trabalhos que as mulheres exercem dentro de casa para o bem-estar social (GRECCO, 2019).

Apesar de chegarem aos poucos nos debates, as questões de gênero demoraram muito a serem objeto de análise dentro das ciências econômicas quando comparadas às outras ciências sociais. A crítica à economia *mainstream* começou a surgir em trabalhos isolados durante a década de 1970, que foram tomando proporções a ponto de serem inseridos no debate das reuniões na *Southern Economic Association* e na *American Economic Association* no final da década de 1980 e início de 1990. Em 1992, a Economia Feminista foi formalizada com a criação da *International Association for Feminist Economics (IAFFE)* e, em 1995, com a sua revista, *Feminist Economics*, em vigor até hoje (BOHN, 2017).

Desde sua constituição, a Economia Feminista, enquanto corrente do pensamento econômico, é bastante plural: as economistas feministas vêm de diferentes escolas da economia (neoclássica, institucionalista, pós-keynesiana e marxista), e também se associam a distintas correntes políticas do movimento feminista (liberal, radical e marxista). A defesa da pluralidade, observada mediante diversas construções apoiadas em linhas de pensamento divergentes, tem como ponto comum, portanto, a introdução do gênero como categoria analítica na economia (FERNANDEZ, 2018). A partir disso, sugere que a base das análises econômicas seja modificada, indo da valorização do capital para os processos de sustentabilidade da vida, tratando de forma integrada as esferas da produção e da reprodução, ambas contendo diversas formas de trabalho e de agentes econômicos (FERNANDEZ, 2021).

De modo sintético, a Economia Feminista busca tornar visível as questões que a Economia Tradicional não trata no que cabe ao gênero. Para isso, traz uma abordagem mais ampla do que é considerado trabalho, levando em conta a divisão sexual e o

reconhecimento dos afazeres domésticos e das atividades de cuidado como parte da economia, compreendendo que a dinâmica econômica necessita avaliar conjuntamente a esfera da reprodução de pessoas e a esfera da produção de mercadorias (FERNANDEZ, 2021).

O questionamento da Economia Feminista é, portanto, mais profundo quando comparado à Economia de Gênero, sendo também mais prático porque não se limita à compreensão da realidade econômica, mas amplia o escopo da disciplina para a proposição de soluções que possam mitigar as diferenças entre homens e mulheres. Assim, recupera criticamente os paradigmas preexistentes do androcentrismo, propondo modificações necessárias para a adoção de uma perspectiva feminista (OROZCO, 2005).

4.2.2 A igualdade de gênero no TTT e na Economia Feminista

Os estudos do Tempo Total de Trabalho apontam claramente para uma sobrecarga dos afazeres domésticos e dos trabalhos de cuidado entre as mulheres, mesmo que elas estejam inseridas no mercado de trabalho. Concomitantemente, os homens não se encarregam da sua parcela de responsabilidade dentro do espaço privado. Somadas, essas tendências acarretam uma dupla jornada de trabalho para as mulheres, que precisam lidar com o trabalho reprodutivo além do trabalho produtivo (MOREIRA, 2018).

Estas atividades não remuneradas, realizadas quase exclusivamente por elas, precisam ser reconhecidos e receber seu devido valor social. Dentre os motivos para isso, pode-se destacar o fato de que o *homo economicus*, como personificação do sistema econômico oficial, só consegue funcionar se suas necessidades básicas forem supridas pelo trabalho não remunerado de outrem (CARRASCO, 2006). Em outras palavras, é possível trazer a metáfora do *iceberg*: a ponta, visível, representa a economia tradicional, referente ao mercado de trabalho e às relações na esfera pública; e a maior parte, submersa e invisível, compreende os afazeres domésticos e de cuidado, que são realizados majoritariamente pelas mulheres, que são subvalorizados e que dão sustentação à todo o sistema (BOHN, 2017).

Para tentar mudar este cenário, a Economia Feminista utiliza frequentemente as pesquisas de Tempo Total de Trabalho para mostrar e avaliar como o tempo é utilizado de maneira muito distinta entre mulheres e homens, diferenças que são ainda mais acentuadas quando se consideram as questões raciais e de classe. Uma das formas de enfrentar essa desigualdade é através do empoderamento das mulheres. Para Fernandez

(2019), empoderar significa ampliar a capacidade de ação e do poder das mulheres dentro do espaço econômico, tanto como disciplina, quanto como lugar de criação e distribuição da riqueza. Ou seja: ampliar a capacidade de ação e de poder da mulher ao tratar com equidade o mercado laboral, bem como o desenvolvimento de uma carreira e, por fim a justiça financeira - salários iguais para trabalhos iguais.

No mesmo sentido, Berth (2020) diz que o processo de empoderamento feminino passa pela tomada de consciência internamente, despertando potencialidades capazes de enfrentar as práticas do sistema de dominação machista e racista, tanto no ambiente do mercado de trabalho como no ambiente doméstico. Desta maneira, o empoderamento começa quando ultrapassa o reconhecimento do sistema opressor e atua no sentido de mudar estas relações de poder existentes em todos os aspectos e lugares.

Neste sentido, as pesquisas de uso do tempo contribuem para atingir este objetivo, dado que evidenciam a raiz do problema salarial e da falta de tempo para o desenvolvimento laboral e de outras atividades processadas na esfera pública. Isso porque abordam de maneira assertiva questões relacionadas aos cuidados domésticos – tanto da casa como das pessoas que vivem nela -, trazendo para o indicador este olhar mais inclusivo e abrangente da situação das mulheres.

Do mesmo modo, a Economia Feminista tem como foco promover a equidade de gênero nas relações sociais que também envolvem o âmbito privado que, por sua vez, é fundamental para que as relações que ocorrem no âmbito público aconteçam de modo mais equitativo para homens e mulheres, fazendo com que as relações domésticas também se tornem questões econômicas.

Sendo assim, pode-se dizer que tanto a Economia Feminista como os indicadores de uso do tempo, especialmente o TTT, convergem para a mesma definição de equidade de gênero, através da promoção de direitos e deveres tanto na esfera pública como na privada para ambos os sexos. Justamente por isso, o indicador de Tempo Total de Trabalho tem se tornado parte importante dos estudos da Economia Feminista.

5. CONFRONTANDO OS INDICADORES

Nesta sessão são abordados os dados de cada um dos indicadores apresentados até então, trazendo uma análise dos países que possuem menores e maiores desigualdades de gênero, e refletindo sobre as distintas formas de compreender a condição das mulheres na sociedade. Com este mesmo intuito, também é realizada uma análise da trajetória do

Brasil. Por fim, há um confronto direto, através de diagramas de dispersão e da identificação da correlação simples, entre pares de indicadores, o que vai ao encontro do objetivo geral do trabalho.

5.1 IGUALDADE DE GÊNERO: OS PAÍSES QUE SE DESTACAM POSITIVAMENTE E NEGATIVAMENTE

A partir dos dois indicadores associados à Economia de Gênero, o GGI e o GII, é possível observar os 10 países que, em 2019, obtiveram as melhores classificações em termos de igualdade de gênero (ver Tabela 2 e Tabela 3). Para o GGI, quanto mais próximo de 1, menor a desigualdade; enquanto para o GII isso ocorre quanto mais próximo o valor estiver de 0. A grande maioria dos países melhores classificados nestes índices são, grosso modo, desenvolvidos e possuem uma economia estável. Muitos deles encontram-se entre os 'top 10' em ambos os indicadores, apenas possuindo classificações diferentes: Islândia (1º lugar para o GGI e 9º para o GII), Noruega (2º lugar no GGI e 6º para o GII), Finlândia (3º lugar para o GGI e 7º para o GII); Suécia (4º lugar para GGI e 3º para o GII). Isso se deve aos temas que cada indicador leva em consideração, o que pode resultar em pequenas discrepâncias em seus resultados.

A maioria deles também está localizada na Europa, aparecendo como exceções a Nova Zelândia (Oceania), Ruanda (África) e Nicarágua (América Central). Essa disposição geográfica, entretanto, não surpreende.

O fato de os países nórdicos estarem em posição de destaque pode ser explicado pelos níveis de desenvolvimento alcançados que, em termos de IDH, coloca todos acima de 0,900, o que é considerado muito alto - Noruega (0,953), Islândia (0,935), Suécia (0,933), Dinamarca (0,929) e Finlândia (0,920). O modelo nórdico possui políticas de bem-estar com ênfase na participação da força de trabalho e no acesso à renda, paralelo à promoção da igualdade de gênero, à redistribuição de renda e ao uso de políticas fiscais expansionistas. Outro ponto relevante é a preocupação com indivíduos e grupos minoritários e vulneráveis na sociedade, buscando incorporá-los na tomada de decisões políticas e sociais. Especificamente sobre a questão de gênero, estas nações destacam-se por serem pioneiras na implementação de políticas públicas promotoras de igualdade entre homens e mulheres, que passam por ações específicas (como, por exemplo, tornar ilegal que as empresas demitam mulheres por motivos de casamento ou maternidade e a preocupação com a licença parental compartilhável), além de realizarem a incorporação

da perspectiva de gênero nas políticas públicas amplas (o chamado *gender mainstreaming*).

Tabela 2 – Dez países com menor desigualdade de gênero para o *Gender Gap Index* no ano de 2019.

RANKING	PAÍS	GGI
1	Islândia	0,877
2	Noruega	0,842
3	Finlândia	0,832
4	Suécia	0,820
5	Nicarágua	0,804
6	Nova Zelândia	0,799
7	Irlanda	0,798
8	Espanha	0,795
9	Ruanda	0,791
10	Alemanha	0,787

Fonte: WEF, 2020 – traduzido pela autora.

Tabela 3 – Dez países com menor desigualdade de gênero para o *Gender Inequality Index* no ano 2019.

RANKING	PAÍS	GII
1	Suíça	0,025
2	Dinamarca	0,038
3	Suécia	0,039
4	Países Baixos	0,043
5	Bélgica	0,043
6	Noruega	0,045
7	Finlândia	0,047
8	França	0,049
9	Islândia	0,058
10	Eslovênia	0,063

Fonte: PNUD, 2019a – traduzido pela autora.

Entre os países não-europeus dos *rankings* apresentados, há uma grande heterogeneidade. A Nova Zelândia, por exemplo, é uma das nações mais desenvolvidas e industrializadas do mundo, possuindo um IDH de 0,921. Nela, a educação de qualidade, por exemplo, permite que um número cada vez maior de mulheres tenha acesso a posições de comando e decisão no mercado de trabalho. Além disto, pode-se destacar que as três maiores posições de poder político do país são ocupadas por mulheres no atual período: a chefe de Estado, Rainha Elizabeth II – que não é diretamente da Nova Zelândia, mas ainda assim é um símbolo de empoderamento feminino para o país -; a governadora-geral, Patsy Reddy; e a primeira-ministra, Jacinda Ardern.

A posição da Ruanda, por outro lado, tem uma explicação pautada na grande perda de população masculina durante o conflito entre Hutus e Tutsis, fazendo com que as mulheres necessariamente avançassem nas posições antes ocupadas por figuras masculinas (esse é um comportamento já observado na vigência de conflitos bélicos anteriores, quando a ausência masculina nos países implicava em possibilidades de avanço das mulheres; no caso de Ruanda, entretanto, isso permanece para o pós-conflito uma vez que a partir disso as mulheres chegaram a representar 70% da população). Deste modo, a história fez com que elas se inserissem no mercado de trabalho e na política, trazendo uma 'igualdade de gênero' nos indicadores, mas que não necessariamente se reflete na transformação da cultura patriarcal.

A Nicarágua, por fim, encontra-se bem colocada neste ano dado que a taxa de mortalidade materna melhorou consideravelmente de 2018 para 2019, indo de 150 para 98 mortes de mulheres a cada 100 mil nascimentos, respectivamente (PNUD, 2019; PNUD, 2018). A melhora nesta variável fez com que o país conseguisse diminuir sua desigualdade de gênero para o indicador, o que implicou em melhor posicionamento no *ranking* geral.

No extremo oposto estão os países com maiores desigualdades de gênero, apresentados nas Tabelas 4 e 5. Eles são pertencentes aos continentes africano e asiático sendo que, neste último, situam-se majoritariamente no Oriente Médio. Ademais, dois deles figuram em ambos os *rankings*: Chade (8º lugar no GGI e 4º no GII) e Iêmen (10º lugar no GGI e no GII). O que existe em comum entre eles é, grosso modo, o baixo nível de desenvolvimento, altos níveis de pobreza e desemprego, presença de guerras, e uma cultura e religião com características opressoras às mulheres. É importante observar que, apesar de a pobreza em si não implicar em desigualdade de renda, nos países mais pobres a tendência é que os homens saiam para o mercado de trabalho, enquanto as mulheres ficam na esfera doméstica. Isto ocorre por conta da falta de políticas públicas que as auxiliem nas atividades de cuidado, o que permitiria sua inserção no trabalho remunerado. Este é um cenário que propicia o aumento das desigualdades de gênero.

Tabela 4 – Dez países com maior desigualdade de gênero para o *Gender Gap Index* no ano 2019.

RANKING	PAÍS	GGI
144	Omã	0,602
145	Líbano	0,599
146	Arábia Saudita	0,599
147	Chade	0,596
148	Irã	0,584
149	Congo	0,578
150	Síria	0,567
151	Paquistão	0,564
152	Iraque	0,530
153	Iêmen	0,494

Fonte: WEF, 2020 – traduzido pela autora.

Tabela 5 – Dez países com maior desigualdade de gênero para o *Gender Inequality Index* no ano 2019.

RANKING	PAÍS	GII
153	Costa do Marfim	0,638
154	Nigéria	0,642
155	Serra Leoa	0,644
156	Libéria	0,650
157	Afeganistão	0,655
158	Mali	0,671
159	República Centro Africana	0,680
160	Chade	0,710
161	Papua Nova Guiné	0,725
162	Iêmen	0,795

Fonte: PNUD, 2019a – traduzido pela autora.

Entretanto, os baixos níveis de renda não são uma regra para a desigualdade de gênero. Alguns países do Oriente Médio localizados na Península Arábica, como é o caso da Arábia Saudita e de Omã, possuem um IDH considerado alto (0,854 e 0,813 respectivamente), que tem como origem uma economia com renda elevada explicada pela exploração de grandes reservas de petróleo. Nesses dois casos, a grande diferença de oportunidades entre homens e mulheres pode ser associada à cultura e aos dogmas religiosos. Como o Islã e a cultura muçulmana se fazem presentes em todos os países com GGI baixo (com exceção do Congo), pode-se presumir que influencie, de maneira negativa, alguns dos componentes da formação do índice como, por exemplo, o empoderamento político, a realização educacional e a participação econômica e de oportunidades.

Para realizar uma análise semelhante para os indicadores de Uso do Tempo, optou-se por apresentá-los de dois modos: através do dispêndio de tempo das mulheres

em atividades não-remuneradas (por serem feminizados, estes afazeres promovem empecilhos às possibilidades de escolhas femininas) e a partir da construção de um indicador que mostra o *gap* de gênero no tempo gasto nas atividades não-remuneradas (o que indicaria as diferenças de alocação de tempo entre homens e mulheres). A partir disso, é possível considerar como melhores colocados aqueles países nos quais as mulheres alocam menos tempo em atividades não remuneradas e naqueles em que o *gap* de gênero é menor.

Com relação aos menores tempos despendidos pelas mulheres em atividades não-remuneradas, dois fatores podem ser relevantes: (i) a cultura do país, que define quais atividades são realizadas no espaço doméstico; e (ii) a disponibilidade destes serviços de forma terceirizada (seja quando ofertados pelo Estado, a partir de amplas políticas públicas, ou pelo mercado), o que dependerá do nível de renda da nação, tanto para ter condições de oferecer estes serviços quanto para consumi-los de maneira privada. Em função da cultura e da possibilidade de terceirização, os 10 países localizados no *ranking* são bastante heterogêneos (ver Tabela 6): há a Noruega e a Finlândia, países ricos e desenvolvidos que estão nos *rankings* anteriores com menor desigualdade de gênero e que utilizam o modelo nórdico de bem estar social; mas há também o Japão e a Coreia do Sul, igualmente ricos e desenvolvidos, mas que não estão bem posicionados nos *rankings* anteriores. Mesmo com o IDH muito elevado (0,919 para o Japão e 0,906 para a Coreia do Sul), a cultura asiática, de maneira geral, é machista e patriarcal, não se refletindo diretamente no tempo que as mulheres destinam às atividades remuneradas. Este resultado pode estar associado à terceirização de afazeres e à utilização de diversos acessórios que reduzam o tempo despendido (eletrodomésticos e eletroportáteis, por exemplo). Além disso, a política de controle de natalidade na Ásia implicou em redução do tamanho das famílias, o que diminui a necessidade das atividades reprodutivas

A questão da renda também pode ser um dos fatores que justifica o menor dispêndio de tempo das mulheres nas atividades não-remuneradas na China, a segunda maior economia do mundo, com um IDH de 0,761, e que vem crescendo dados os avanços na alfabetização e na expectativa de vida, e o do Qatar, com um IDH de 0,848 e que, mesmo com a predominância do islamismo, tem sua riqueza econômica possibilitando o poder de compra daquilo que, nos países mais pobres, é produzido e realizado domesticamente.

Na lista ainda aparecem o Brasil, que será discutido em mais detalhes na próxima seção, e Laos – aquele com menor carga de trabalho não remunerado às mulheres. O país

passou por diversas mudanças sociopolíticas, tendo conquistado a independência apenas em 1953, adotou o regime de monarquia constitucional que perdurou até 1975, quando tem início a guerra civil que o transforma em uma república socialista de partido único. Todas estas incertezas podem explicar o IDH mediano do país (0,613), bem como a população jovem, com uma idade média de 19,2 anos e expectativa de vida de 56,29 anos, que tem sido demandada para a recuperação econômica, ainda concentrada na atividade agrícola (onde os limites de tempo entre o trabalho remunerado e não remunerado não são tão evidentes, facilitando a subestimação deste tempo).

Tabela 6 – Dez países com menor tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres, entre 2010 e 2019.

RANKING	PAÍS	TTT
1	Laos	2,500
2	China	2,700
3	Brasil	3,074
4	Noruega	3,300
5	Qatar	3,317
6	Finlândia	3,417
7	Coreia do Sul	3,467
8	Japão	3,650
9	Luxemburgo	3,667
10	Países Baixos	3,817

Fonte: USDN, 2020; CEPAL, 2019 – traduzido pela autora.

A Tabela 7 traz, por outro lado, as nações em que as mulheres despendem maior tempo no trabalho não remunerado. Elas são, em sua maioria, do continente americano e tiveram colonização espanhola, sendo hoje classificadas como países em desenvolvimento (os países ibéricos, ainda hoje, não ocupam posições de destaque nos *rankings* de indicadores de gênero, ao que pode se associar uma tradição de maior desigualdade nos territórios por eles colonizados).. Àqueles que não pertencem a este grupo são Turquia (Oriente Médio), Etiópia (África), Argélia (África), e Albânia (Europa Oriental), que guardam consigo similaridades quanto à cultura patriarcal bastante enraizada e/ou à predominância do islamismo, que reforçam a posição das mulheres como responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo trabalho de cuidado. Na Argélia, por exemplo, faz poucos anos que as mulheres conquistaram maior direito e acesso ao mercado de trabalho, enquanto na Albânia ainda existem as ‘mulheres-homens’, que são manifestações vivas da tentativa de fuga dos valores machistas.

Tabela 7 – Dez países com maior tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres, entre 2010 e 2019.[3]

RANKING	PAÍS	TTT
54	México	6,079
53	Argentina	5,817
52	Chile	5,800
51	Costa Rica	5,650
50	Peru	5,600
49	Turquia	5,517
48	Etiópia	5,300
47	Argélia	5,300
46	El Salvador	5,289
45	Albânia	5,217

Fonte: USDN, 2020; CEPAL, 2019 – traduzido pela autora.

Do exposto, fica evidente que a possibilidade de terceirização das atividades não é suficiente para condicionar uma melhor situação para as mulheres. Com o intuito de complementar essa análise, tem-se a desigualdade de gênero nos trabalhos não remunerados. O índice criado compreende a razão entre o tempo despendido pelos homens nestas atividades e o tempo gasto pelas mulheres, cujo resultado indica que quanto mais próximo de 1, menor a desigualdade, e quanto mais próximo de 0, maior a desigualdade. Os resultados são mostrados nas Tabelas 8 e 9 abaixo.

Tabela 8 – Dez países com menor *gap* de gênero no trabalho não remunerado entre 2010 e 2019.

RANKING	PAÍS	TTT
1	Suécia	0,791
2	Noruega	0,717
3	Países Baixos	0,677
4	Canadá	0,661
5	Alemanha	0,660
6	Estônia	0,648
7	Bélgica	0,647
8	Finlândia	0,644
9	Estados Unidos	0,629
10	França	0,621

Fonte: USDN, 2020; CEPAL, 2019.

A maioria dos países nos quais se observa maior igualdade de tempo gasto em atividades não remuneradas por homens e mulheres também faz parte do *ranking* de

[3] As pesquisas sobre o uso do tempo não são muito difundidas e nem todos os países enxergam sua importância, fazendo com que se tenha menor quantidade de dados quando comparados aos demais indicadores.

menor desigualdade para os indicadores associados à Economia de Gênero, com exceção do Canadá, Estônia e Estados Unidos. Destes, a Estônia é a que mais chama a atenção, dado que seu desenvolvimento econômico não é excepcional quando comparado aos demais países listados, porém ainda sendo classificado como alto (0,892). No caso do Canadá (IDH de 0,929) e dos Estados Unidos (IDH de 0,920), é possível que o processo de colonização tenha tido influência na forma como atualmente se dá a alocação do tempo entre homens e mulheres. Daí tem-se indícios de que as variáveis utilizadas para formar o GGI e o GII têm um peso indireto no TTT, justificando o posicionamento de muitos países e a ideia de que o nível de bem-estar social e a presença de políticas públicas voltadas para as mulheres promovem maiores impactos sobre os resultados no uso do tempo.

Quanto aos países com maior desigualdade de gênero no tempo gasto nas atividades não remuneradas (ver Tabela 9), nenhum deles foi classificado entre os piores nos indicadores de desigualdade tradicionais. Além disso, a maioria possui um IDH muito alto ou alto, de modo que uma nação pode ser "bem-vista" no universo econômico e político enquanto é marcada por muitas questões negativas quando se trata de bem-estar social, principalmente relacionado às mulheres. A Tanzânia (IDH de 0,529), a Guatemala (IDH de 0,663) e o Marrocos (IDH de 0,686) são exceções.

Tabela 9 – Dez países com maior *gap* de gênero no trabalho não remunerado entre 2010 e 2019.

RANKING	PAÍS	TTT
44	Turquia	0,275
45	Tanzânia	0,269
46	Equador	0,256
47	Laos	0,240
48	Coreia do Sul	0,226
49	Japão	0,210
50	Palestina	0,188
51	Argélia	0,170
52	Guatemala	0,158
53	Marrocos	0,143

Fonte: USDN, 2020; CEPAL, 2019 – traduzido pela autora.

Esta variável acaba sendo particularmente relevante na compreensão dos papéis de gênero, de modo que as sociedades que se destacam são aquelas onde esses limites ainda são muito marcados pela cultura (Tanzânia, Guatemala, Equador, Laos) e pela religião (Turquia, Palestina, Argélia, Marrocos), atravessando uma disparidade de

desempenhos econômicos e de desenvolvimento humano. O destaque, entretanto, fica para o Japão, a Coréia do Sul e Laos que, mesmo estando entre aqueles países em que as mulheres despendem menos tempo em trabalhos não remunerados, conforme mostrado anteriormente, o *gap* de gênero sugere que os homens praticamente não executam atividades domésticas e de cuidado, reforçando a ideia de que o menor peso destas tarefas para as mulheres não elimina a divisão sexual das mesmas.

Após apresentar a relação dos países melhores e piores posicionados no ranking de desigualdade de gênero, é importante dar um destaque ao Brasil, ao que se dedica a próxima seção.

5.1.1 A igualdade de gênero no Brasil

Entre os anos de 2003 e 2014, o Brasil teve uma trajetória de crescimento econômico conjuntamente com políticas de redução de desigualdade social e de regulamentação do mercado de trabalho. No entanto, a partir deste período, o país entrou em um retrocesso econômico e social que se mantém desde então. A desaceleração do crescimento econômico pode ser explicada pela conjuntura econômica internacional e nacional. O contexto internacional tem extrema influência nos países com uma economia dependente e subdesenvolvida, que se baseia nas exportações de produtos primários, como é o caso brasileiro. Deste modo, a queda dos preços das *comodities* e a diminuição da demanda internacional, conjuntamente com um contexto interno de queda na taxa de investimentos e na arrecadação, somada à crise política, criaram as condições para o aumento das incertezas (CADÓ e FURNO, 2020).

A crise brasileira é então explicada, majoritariamente, pelo aumento “exagerado” dos gastos públicos com políticas sociais, o que teria desencadeado crescentes déficits no orçamento. A medida adotada para contornar a situação passou pelo corte de despesas primárias, que são, em grande parte, destinadas às políticas sociais. Este mecanismo aprofundou ainda mais a crise no país.

De modo geral, com a crise, os setores de ocupação da mão de obra masculina são os mais afetados – agropecuária, construção e indústria-, fazendo com que as mulheres entrem mais fortemente na população ativa a fim de auxiliar na renda familiar. O problema é que, paralelamente, há o desmonte da rede de apoio, que viabiliza a inserção da mulher no mercado de trabalho (CADÓ e FURNO, 2020).

Além destas questões relacionadas à crise econômica e de reorientação política, o governo que assume em 2019 é deliberadamente conservador, trazendo mais retrocessos no âmbito das desigualdades de gênero. A Secretaria de Políticas para as Mulheres – que tinha status de ministério – foi fechada e fundida a um novo projeto no âmbito do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela pastora evangélica Damares Alves que, nas palavras de Alves e Cavenaghi (2019), "comemorou em vídeo o surgimento de 'uma nova era' em que, segundo suas palavras 'menino veste azul e menina veste rosa'. A declaração, evidentemente, resume todo o seu desrespeito à pluralidade e diversidade sexual, de gênero e de família". Ademais, foi apresentada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado a PEC 29/2015 que, se aprovada, tornará crime a realização de aborto no Brasil, ao que se soma a retirada de informações sobre educação sexual da Caderneta de Saúde do Adolescente, que é destinada a meninas e meninos de 10 a 19 anos, corroborando ainda mais a perda de autonomia sobre o corpo (ALVES e CAVENAGHI, 2019).

Dadas as informações sobre a conjuntura econômica e de gênero no Brasil na última década, é possível seguir nas análises dos indicadores de desigualdade de gênero que mostram o desempenho do país durante os anos de 2010 a 2019. No que cabe ao GGI, apresentado na Figura 5, observa-se um grande avanço entre os anos de 2010 e 2013, seguidos de uma tendência de queda até 2018, quando volta a se recuperar no ano de 2019. O salto observado entre 2011 e 2012 pode ser explicado principalmente pela variável de empoderamento político (que vai de 0,053 para 0,134) (WEF, 2011; WEF, 2012), o que está associado à ocupação da presidência pela presidenta Dilma Rousseff. A presença feminina no maior cargo de poder do país aumentou a credibilidade das mulheres em altas posições de chefia para a sociedade.

A queda do indicador entre os anos 2014 e 2015, embora também esteja relacionada ao índice de empoderamento político (de 0,148 em 2014 para 0,123 em 2015), é puxada principalmente pelo índice de participação econômica e empoderamento (de 0,649 em 2014 para 0,642 em 2015), quando começa-se a ampliar os efeitos da crise no país. Entre 2018 e 2019, o aumento é novamente puxado pelo empoderamento político (de 0,101 em 2018 para 0,133 em 2019) (WEF, 2018; WEF, 2020) que se associa à eleição de muitas mulheres nos legislativos, estaduais e federais. Daí, fica claro que esse empoderamento, em um contexto de ampliação do conservadorismo, não implica em um olhar para as condições das mulheres e de crescimento dos seus direitos e possibilidades.

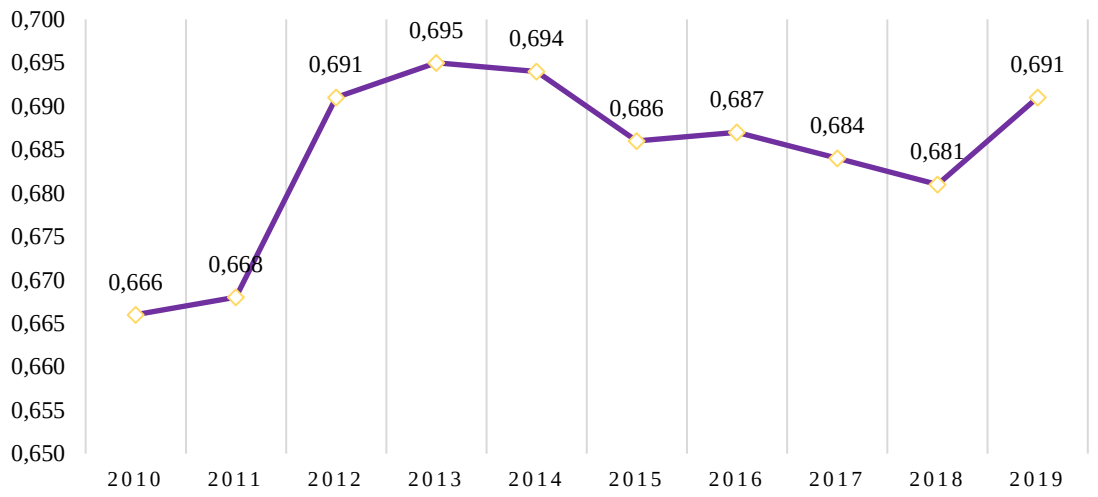

Figura 5 – Desempenho do Brasil para o GGI.
Fonte: WEF, 2020 – elaborado pela autora.

Para o GGI, apresentado na Figura 6, não houve retrocessos no Brasil, dado que o indicador se aproxima continuamente de 0 (quando não há desigualdade de gênero), tendo um avanço mais significativo entre 2017 e 2018. Estas grandes diferenças de comportamento entre os indicadores podem ser explicadas pelas variáveis que o empoderamento político utiliza, pois o GGI se mostra mais sensível que o GII, ao levar em consideração não só a quantidade de mulheres no parlamento, mas também a quantidade de mulheres nos ministérios e nos cargos de chefia de Estado.

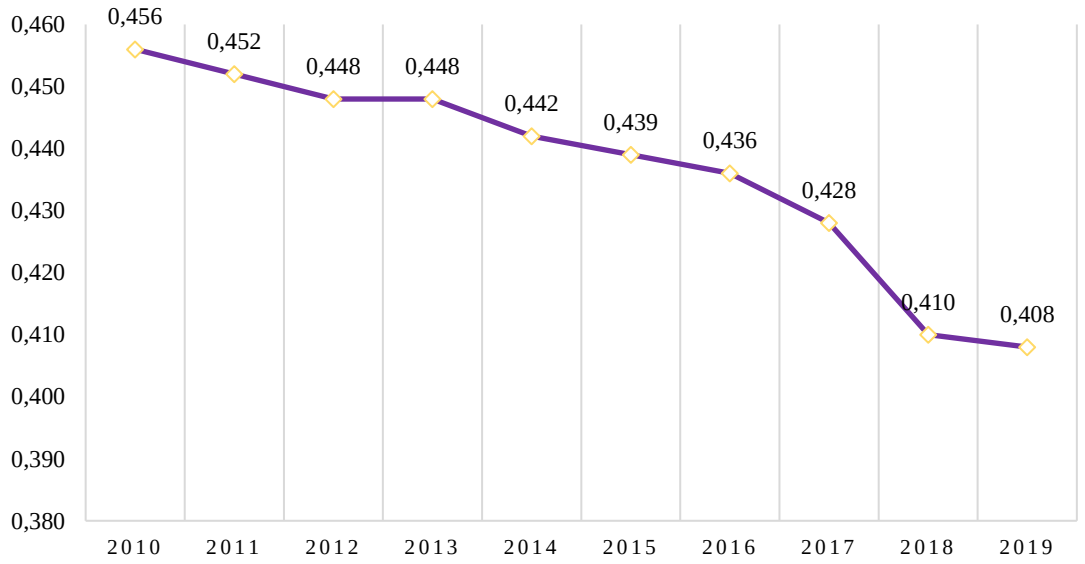

Figura 6 – Desempenho do Brasil para o GII.
Fonte: PNUD, 2019a – elaborado pela autora.

Por fim, o indicador de uso do tempo mostra a grande diferença de horas despendidas por homens e mulheres nas atividades remuneradas e não remunerados. É preciso destacar que, quando analisado o tempo total de trabalho, o homem despende mais horas que a mulher no Brasil, porém esta diferença é relativamente pequena (9,84 minutos). Entretanto, quando se avalia separadamente o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado, as diferenças se acentuam: o homem gasta 1 hora e 42 minutos no dia a mais que as mulheres com o trabalho remunerado, enquanto a mulher arca com o peso de 1 hora e 31 minutos a mais de trabalho não remunerado que os homens.

Em termos de evolução, o TTT do Brasil entre 2012 e 2017 apresenta queda para homens e mulheres: em 2012, os homens despendiam 6,1 horas diárias em atividades remuneradas e não remuneradas, enquanto para as mulheres esse valor era de 6,2 horas; em 2017, alcança-se 5,6 horas e 5,4 horas, respectivamente. Para o trabalho remunerado apenas também houve uma diminuição para ambos os sexos: os homens passaram de 4,7 horas diárias em 2012 para 4,1 horas em 2017; enquanto as mulheres foram de 2,7 horas para 2,4 horas. Em contrapartida, no trabalho não remunerado entre os anos 2012 e 2017, os homens passam a dedicar mais tempo, de 0,75 horas para 1,55 horas; e as mulheres, menos, de 3,2 horas para 3,1 horas, respectivamente.

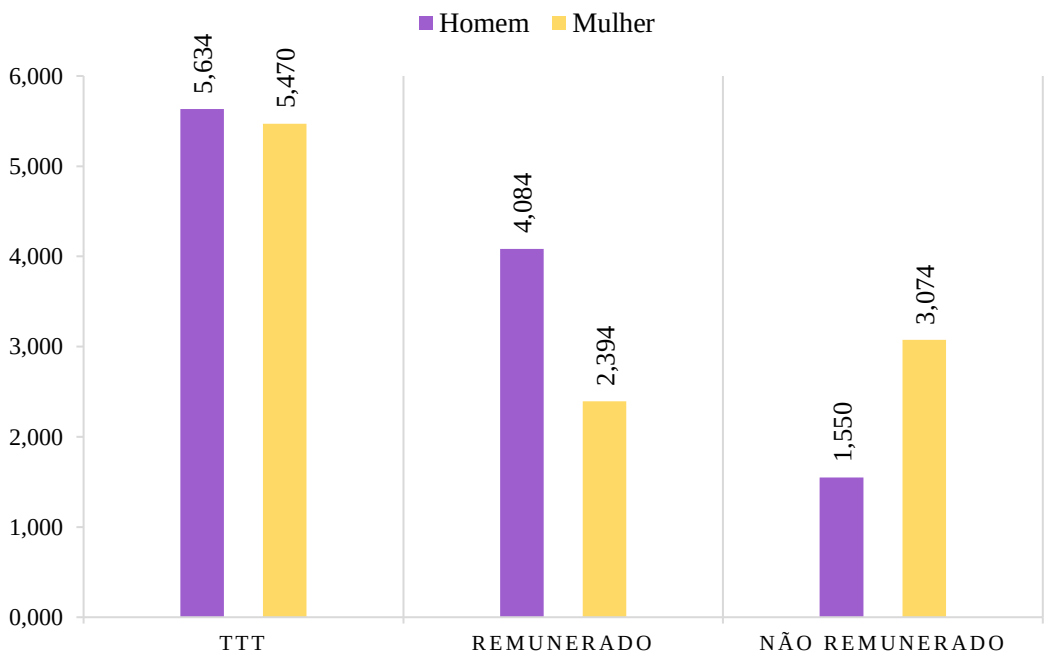

Figura 7 – Desempenho do Brasil para o TTT (em horas diárias) em 2017.
Fonte: CEPAL, 2019 – elaborado pela autora.

Comparativamente aos outros países avaliados pelos indicadores de desigualdade de gênero discutidos anteriormente, o Brasil ocupa o 92º lugar no GGI e a 95ª posição no GII em 2019, sendo o 3º no *ranking* de trabalho não remunerado exercido por mulheres e o 22º no *ranking* de gap de gênero no trabalho não remunerado, ambos em 2017. Como na avaliação do TTT há pouco mais de 50 países, pode-se concluir que a posição brasileira é intermediária frente às demais nações, mas ainda distante de uma verdadeira paridade de gênero. Na próxima seção, a relação destes indicadores será melhor mais explorada.

5.2 A CORRELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO

Para finalizar, apresenta-se a relação, entre os indicadores trabalhados através dos diagramas de dispersão e da correlação das variáveis. Assim, é possível observar se elas estão apontando para a mesma direção, como em algumas situações que já puderam ser observadas anteriormente.

O primeiro confronto dá-se para o GGI e o GII, destacado na Figura 8. Nela, é possível identificar uma relação negativa entre os indicadores: quanto maior o GGI (maior igualdade), menor o GII (maior igualdade). Embora haja essa convergência, o coeficiente de determinação observado para essa correlação simples é relativamente baixo (0,3139), indicando uma grande dispersão em torno da linha de tendência.

O segundo confronto dá-se para o GGI e o tempo de trabalho não-remunerado despendido pelas mulheres, como pode ser observado na Figura 9. Como este último indicador possui menor número de observações, a análise fica restrita àqueles países onde ambos os indicadores existem. Nela, também é possível identificar uma relação negativa: quanto maior o GGI (maior igualdade), menor o tempo gasto pelas mulheres em atividades não-remuneradas. Entretanto, o coeficiente de determinação é quase zero, indicando grande dispersão das observações e fazendo com que a correlação entre as variáveis analisadas seja ínfima.

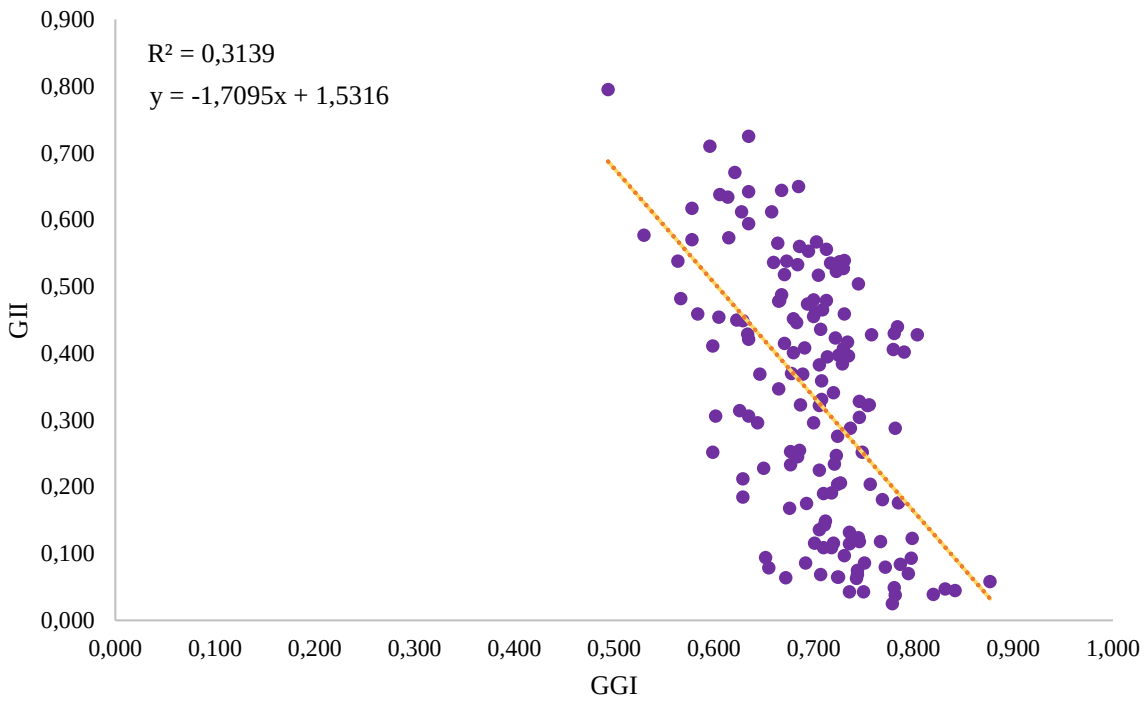

Figura 8 – Correlação entre GGI e GII.
Fonte: WEF, 2020; PNUD, 2019a – elaborado pela autora.

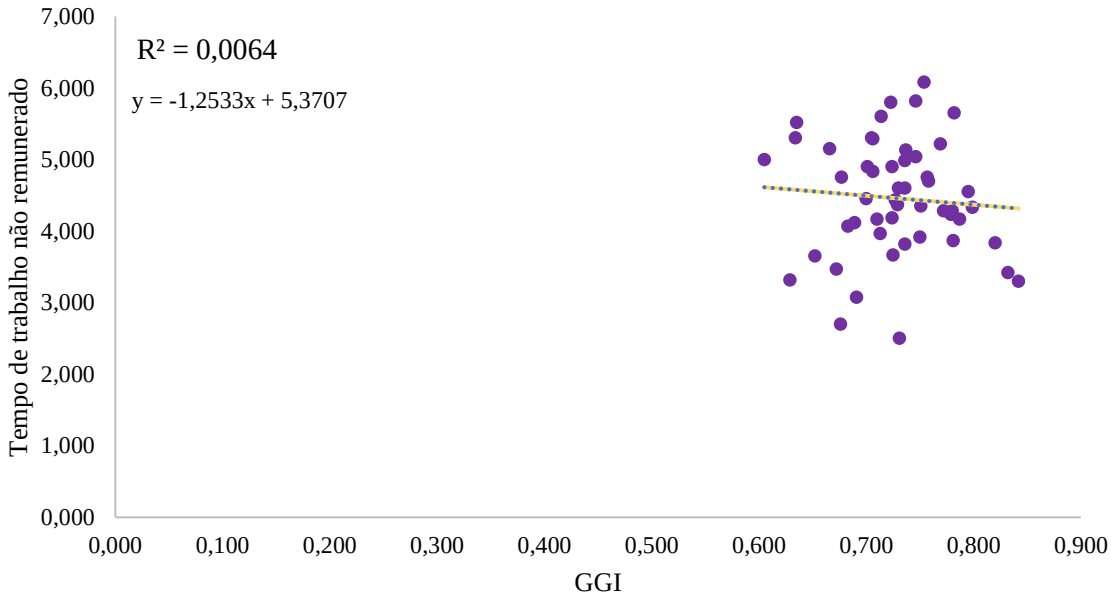

Figura 9 – Correlação entre GGI e o Tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres.
Fonte: WEF, 2020; USDN, 2020; CEPAL, 2019 – elaborado pela autora.

O mesmo acontece no confronto do GII e o tempo de trabalho não-remunerado despendido pelas mulheres, como pode ser observado na Figura 10. Há uma relação positiva entre os indicadores: quanto maior o GII (maior desigualdade), maior o tempo

gasto pelas mulheres em atividades não-remuneradas. Ainda que o coeficiente de determinação seja superior àquele apresentado na Figura 9, ele ainda é muito reduzido.

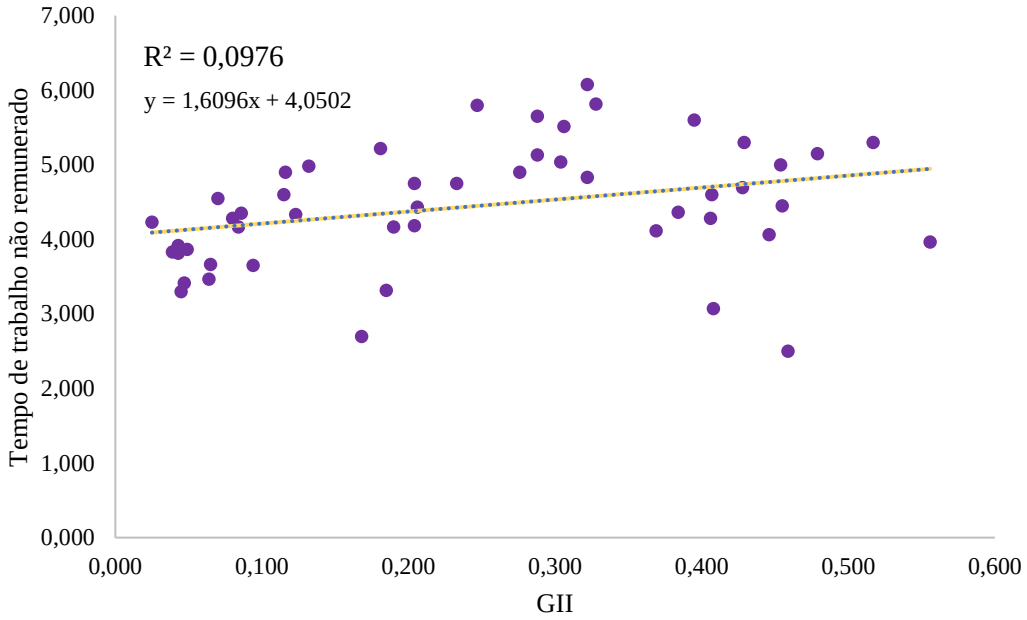

Figura 10 – Correlação entre GII e o Tempo de trabalho não remunerado realizado por mulheres.
Fonte: PNUD, 2019a; USDN, 2020; CEPAL, 2019 – elaborado pela autora.

Por fim, tem-se o confronto do GGI e do GII com o *gap* de gênero para o tempo de trabalho não-remunerado. A Figura 11 traz a primeira situação, em que é possível observar uma relação positiva entre os indicadores: quanto maior o GGI (maior igualdade), maior é o indicador do *gap* (o que implica em uma proximidade no tempo despendido por homens e mulheres nas atividades não-remuneradas). Embora haja essa convergência e ela seja superior às últimas duas análises, o coeficiente de determinação observado para essa correlação simples também é relativamente baixo (0,3509), indicando a dispersão dos países em torno da linha de tendência.

Para o GII e o *gap* de gênero para o tempo de trabalho não-remunerado, a relação é negativa, como pode ser observado na Figura 12: quanto menor o GII (maior igualdade), maior é o indicador do *gap* (indicando igualdade de tempo despendido). A convergência ocorre, mas o coeficiente de determinação permanece reduzido (0,3625), refletido na dispersão dos países em torno da linha de tendência.

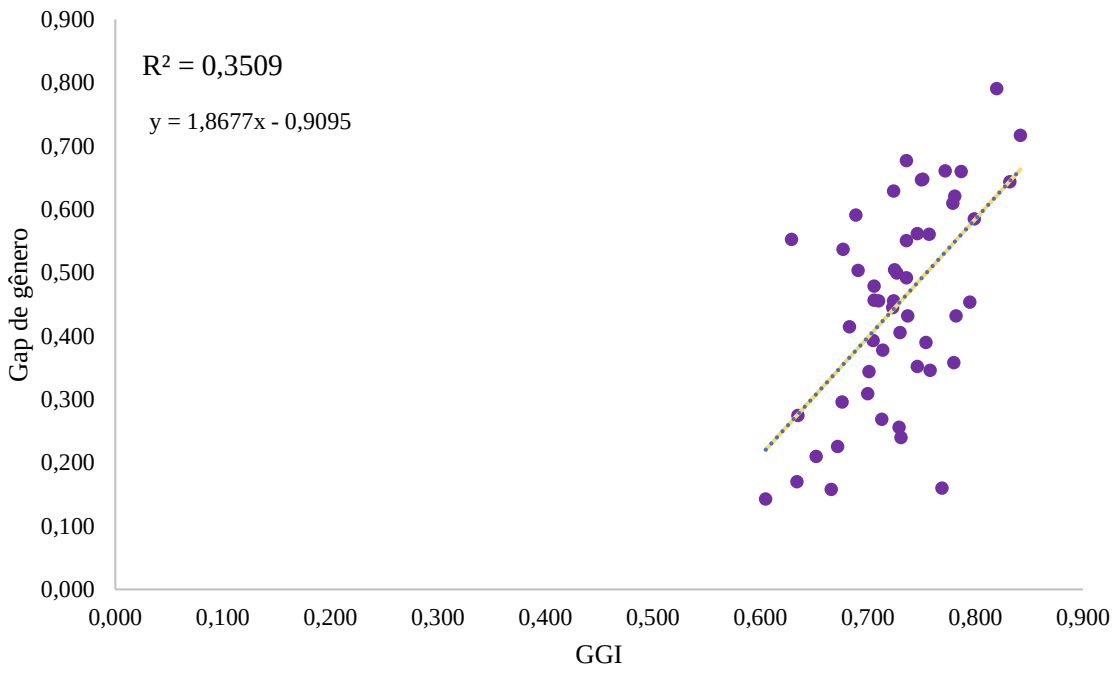

Figura 11 – Correlação entre GGI e o *Gap* de gênero no trabalho não remunerado.
Fonte: WEF, 2020; USDN, 2020; CEPAL, 2019 – elaborado pela autora.

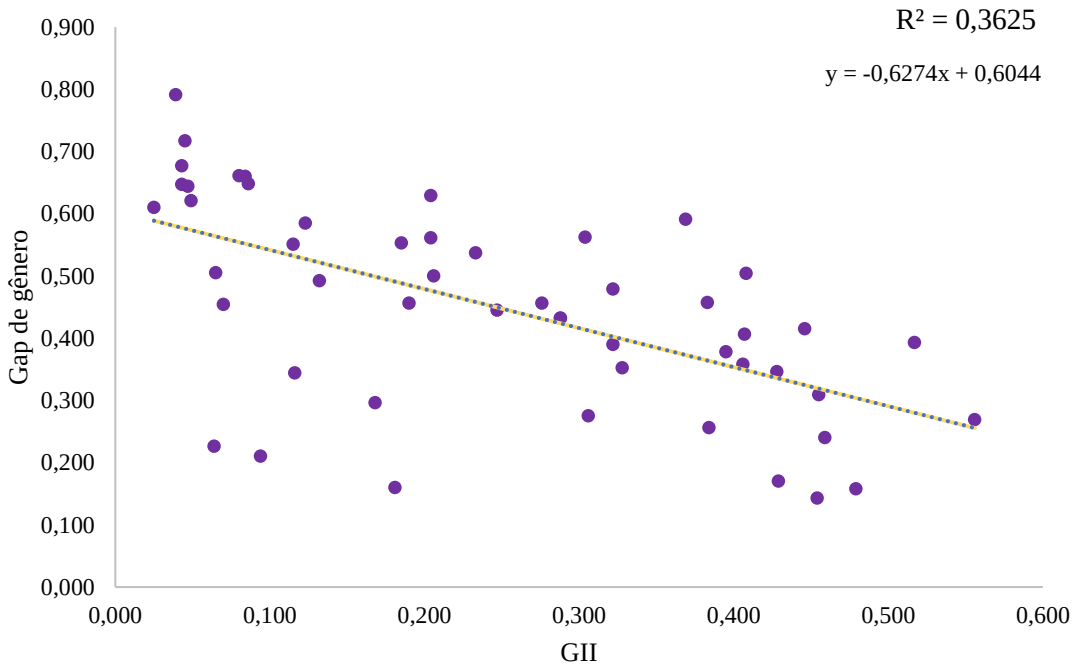

Figura 12 – Correlação entre GII e *Gap* de gênero no trabalho não remunerado.
Fonte: PNUD, 2019a; USDN, 2020; CEPAL, 2019 – elaborado pela autora.

Desta maneira, podemos observar que os resultados dos países nos indicadores de desigualdade de gênero são muito discrepantes. Ainda que seja possível estabelecer alguma associação entre eles, indicando que uma maior igualdade de gênero no GGI e no

GII tendam a ser acompanhadas por menor tempo de trabalho não-remunerado das mulheres e por menor *gap* de gênero nestas atividades, esta não é uma regra. Assim, um país pode ter um GGI superior a 0,800 e ter o mesmo *gap* de gênero no tempo que outro com resultado inferior a 0,700. A mesma lógica serve às demais combinações de indicadores.

Isso faz sentido em termos teóricos, a partir da construção de índices apoiados em variáveis distintas e com olhares diversos. Entretanto, não parece factível do ponto de vista da reflexão sobre a igualdade de gênero. Se as análises propõem classificações das condições das mulheres e dos homens muito diferentes, qual a igualdade ou equidade que de fato está sendo defendida? Aquela circunscrita às esferas tradicionalmente masculinizadas? Ou a partir da revisão de papeis sociais e da reorganização de atividades produtivas e reprodutivas? Do exposto, aparentemente há duas visões de indicadores de gênero que ainda não estabelecem muitos diálogos entre si.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a avaliar a correlação dos principais indicadores de gênero – GGI, GII e TTT -, refletindo sobre os conceitos de igualdade entre homens e mulheres no âmbito da Economia de Gênero e da Economia Feminista. Este aporte teórico vem da observação de um possível paralelo entre a igualdade avaliada pelos indicadores escolhidos e as formas como são pensadas as condições das mulheres pelas Ciências Econômicas.

Do exposto, estabelece-se uma proximidade entre a igualdade de gênero considerada pelos indicadores a partir da inclusão das mulheres nos espaços públicos tradicionais (GGI e GII) e o *mainstream* da avaliação econômica de gênero, que também analisa as mulheres a partir da inserção delas nestes espaços, apenas ‘adicionando e mexendo’. No caso das pesquisas de uso do tempo, mais especificamente do TTT e do tempo despendido em atividades não remuneradas, o olhar é diferente porque traz uma concepção mais ampla de equidade que passa pela conexão entre a esfera pública e a privada. É justamente sobre o reconhecimento dessa inter-relação que se ancora a Economia Feminista.

A partir da análise dos países que se encontram nas posições extremas dos indicadores, há uma preponderância no topo de nações desenvolvidas, que ainda contam com amplas estruturas de bem-estar social e onde as mulheres também possuem grande

inserção nos espaços públicos. Neste grupo, há maior convergência entre os indicadores analisados, deixando evidente que os avanços são possíveis, mas que devem acontecer simultaneamente nas duas esferas. Na via contrária há os países de alta renda com amplas desigualdades de gênero, que são marcados por estruturas fortemente patriarcais e/ou pela presença do Islã, sendo também estas as características de muitos países pobres nos quais a posição das mulheres ainda é extremamente baixa.

Dessa caracterização não surpreendente que a correlação entre os indicadores avaliados seja reduzida, manifesta pela alta variabilidade das observações nos diagramas de dispersão apresentados. Mesmo que haja a sinalização uma direção semelhante – maior igualdade de gênero, menor tempo de trabalho despendido em atividades não-remuneradas e menor *gap* de gênero na alocação dos afazeres domésticos e dos trabalhos de cuidado – os países estão distantes de se encaixar nesta regra. Por entender que todos os indicadores têm suas contribuições e suas falhas, o melhor a ser utilizado é aquele que atende às necessidades de quem os utiliza. Assim, se realmente queremos promover uma reflexão sobre a equidade de gênero, é preciso desenhar alternativas de mensuração que possam incorporar olhares diversos sobre a condição de homens e mulheres em uma dada sociedade, levando em conta as diferenças na esfera pública, mas associando-as à organização social, que incorpora o papel da cultura sobre muitas das construções da feminilidade que são restritivas na busca por direitos e espaços equivalentes, estejam eles onde estiverem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIERRE, Rosario; FERRARIA, Fernanda. **Las encuestas sobre uso del tempo y trabajo no remunerado em América Latina y el Caribe: caminhos recorridos y desafios hacia el futuro.** Santiago: Cepal, 2013. (Assuntos de Género, 122)

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Progressos e retrocessos na conquista da equidade de gênero no Brasil. **Revista USP.** São Paulo, n. 122, p. 11-26. Julho/Agosto/Setembro, 2019.

ARAYA, María José. **Un acercamiento a las encuestas sobre el uso del tiempo con orientación de género.** Santiago: Cepal, 2003. (Mujer y Desarrollo).

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. **Tendências nas Horas Dedicadas ao Trabalho e Lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil.** 2018. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro. Acesso em: 04 março 2021.

BENERÍA, Lourdes; BERIK, Gunseli; FLORO, Maria S. **Género, desarrollo y globalización: uns visión desde la economía feminista.** Barcelona: Bellaterra, 2018.

BERTH, Joice. **Feminismos plurais: empoderamento.** Sueli Carneiro; Jandaíra. São Paulo, 2020.

BOHN, Liana. **Inserção feminina na teoria e na prática: Ensaios sob o olhar da Economia Feminista.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós Graduação em Economia, Florianópolis, 2017.

CADÓ, Iriana Lima; FURNO, Juliane da Costa. Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: Uma interpretação da Economia Feminista. **Textos de Economia**. Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-30. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

CARRASCO, C. La Economía Feminista: uma apuesta por outra economia. In: VARAM M.J. (Coord.) **Estudios sobre género y economia.** Madri: Akal, 2008

CARRASCO, Cristina et al. **Proposta d'um sistema d'indicadors no androcèntrics.** Barcelona: Institut Català de les Dones, no prelo, 2006.

CAVALCANTI, Lara Gama de Albuquerque; PAULO, Maira Andrade; HANY, Fatmato Ezzahrá Schabib. **Pesquisa Piloto de Uso do Tempo do IBGE 2009/2010.** Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Descolamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Acesso em: 04 março 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER – UNIFEM; FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS – UNFPA. **Guía de asistencia técnica para la producción u el uso de indicadores de género.** Unídad Mujer y Desarrollo. Santiago: Cepal, 2006.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **Regimes de trabalho: uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres.** In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.) Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 279-279.

EM2030 – EQUAL MEASURE, 2030. **Data Driving Change: introducing the EM2030 SDG gender index.** Reino Unido, 2018.

FERDANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política,** Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil, vol. 38, n3, julho-setembro/2018. Pp. 559-583.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Trabalho invisível à luz das teorias neoclássica, marxista e da Economia Feminista: Três paradigmas em disputa. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Canais Eletrônicos), **Anais,** Florianópolis, 2021.

GRECCO, Fabiana Sanches. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. **Temáticas**, Campinas, 26 (52): 105-134, ago./dez. 2018.

HAUSMANN, Ricardo; TYSON, Laura D.; ZAHIDI, Saadia. **Global Gender Gap Report**. 2006

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dec. 2007.

HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4ª edição, editora Danielle Mendes Sales. São Paulo, 2006.

KLASEN, Stephan; SCHÜLER, Dana. **Reforming the Gender-Related Development Index (GDI) and the Gender Empowerment Measure (GEM): Some Specific Proposals.** Alemanha, Abril de 2009.

LEMOS, Mariah Pedrelli. **O Trabalho Reprodutivo sob a Ótica da Economia Feminista.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2019.

MOREIRA, Tassiane Antunes. **TRABALHO E VIDA FAMILIAR: um estudo sobre o uso do tempo com famílias usuárias da Política Nacional de Assistência Social em Florianópolis (SC).** Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

NELSON, Julie A. Feminism and Economics. **Journal os Economic Perspectives.** Volume 9, número 2. Spring, Pensilvânia, 1995.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Handbook on Constructing Composite Indicators: methodology and user guide.** European Commission, 2008.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guide to Producing Statistcs on Time Use: Measuring Paid and Unpaid Work.** Departament of Economic and Social Affairs – Statistic Divison. New York, 2005. Disponível em < https://unstats.un.org/unsd/gender/timeuse/methodology.html> Acesso em: 11 jan 2021.

OROZCO, Amaia Pérez. Economía del género y economia feminista ¿conciliación o ruptura? **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer.** Caracas, Enero. Vol 10, 24. jun 2005.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019.** Portugal, 2019a.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 – technical notes.** Portugal, 2019b.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Gender Equality in Human Development – Measurement Revisited.** Human Development Report Office, UNDP. Junho, 2015.

SOARES, Cristiane. Índices de Desenvolvimento de Gênero: uma análise do avanço social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação. XVII Encontro Nacional de Estudos Popupacionais. Caxambú – Minas Gerais. **Anais,** Setembro, 2010.

SOUZA, Luisa C. G. **A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um índice para os Estados Brasileiros.** 2012. 65 f. Monografia (Conclusão de curso de Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5731/1/2012_LuisaCardosoGuedesdeSouza.pdf Acesso em: 07 jan 2021.

SUCUPIRA, Fernanda; FREITAS Taís Viudes. Feminismo, economia e política. **As desigualdades de gênero no uso do tempo,** São Paulo, 2014. p 105-122. Disponível em < http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf> Acesso em: 28 set 2020

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Sistema de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. **Estatística sob suspeita.** São Paulo, Sempreviva organização feminista, 2012.

TOURIÑO,A.; VILLAR, E.; IGLESIAS, C.L. La perspectiva de género em la planificación de la actividad estadística de la comunidade autónoma de Galícia. **Revista Galega de Economía.** V. 19, n.2, p. 1-23, 2010.

VEIGA, Roberta Mattos. **Desigualdades de gênero no trabalho doméstico não remunerado no Brasil: um estudo sobre o uso do tempo.** Dissertação (Mestrado – Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

WEF - WORLD ECONOMIC FORUM. **The World Economic Forum 2020.** Suiça 2019. Disponível em: https://www.weforum.org/. Acesso em: 10 set. 2020.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2011.** Suíça: Fórum Econômico Mundial, 2011.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2012.** Suíça: Fórum Econômico Mundial, 2012.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2014.** Suíça: Fórum Econômico Mundial, 2014.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2015.** Suíça: Fórum Econômico Mundial, 2015.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2018.**Suíça: Fórum Econômico Mundial, 2018.

ANEXO A: Questionário PNAD-Contínua – afazeres domésticos

AFAZERES DOMÉSTICOS

120. **(SE ENTREVISTA = 5)** Na semana de___a___ (semana de referência), ___fez tarefas domésticas para o próprio domicílio, tais como: **V4120**

1. Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças? **V41201**	1. Sim	2. Não
2. Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos? **V41202**	1. Sim	2. Não
3. Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos? **V41203**	1. Sim	2. Não
4. Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim? **V41204**	1. Sim	2. Não
5. Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.)? **V41205**	1. Sim	2. Não
6. Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio? **V41206**	1. Sim	2. Não
7. Cuidar dos animais domésticos? **V41207**	1. Sim	2. Não
8. Outras tarefas domésticas? **V41208** especifique___**V412081**_____	1. Sim	2. Não

Siga 121a.

121a. **(SE ENTREVISTA = 5)** Na semana de___a___ (semana de referência), ___fez alguma tarefa doméstica em domicílio de parente? **V4121A**

1. Sim 2. Não

Se 121a = Sim ou 117a.1 = Sim ou 117a.2 = Sim ou 117a.3 = Sim ou 117a.4 = Sim ou 117a.5 = Sim ou 117a.6 = Sim ou 119 = Sim ou 120.1 = Sim ou 120.2 = Sim ou 120.3 = Sim ou 120.4 = Sim ou 120.5 = Sim ou 120.6 = Sim ou 120.7 = Sim ou 120.8 = Sim, siga 121b.
Caso contrário, passe ao 122.

121b. **(SE ENTREVISTA = 5)** Na semana de___a___ (semana de referência), ___ qual foi o total de horas que dedicou às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos?

|_|_|_| h **V4121B**

Obs1: Contar apenas uma vez o tempo em horas dedicado simultaneamente a mais de uma atividade.

Siga 122.

Exclusivo para o entrevistador:
122. (SE 1 ≤ ENTREVISTA ≤ 5) Quem foi o informante da parte 4: **V4122**

1. A própria pessoa 2. Outro morador. Qual? |_|_| **V41221** 3. Pessoa não moradora

Encerre a parte.

Fonte: PNAD-Contínua, 2017, p.35.

ANEXO B: Questionário PNAD-Contínua para cuidado de pessoas

CUIDADO DE PESSOAS

117a. **(SE ENTREVISTA = 5)**
Na semana de ___a___ (semana de referência), ___ realizou tarefas de cuidados de moradores deste domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais, tais como: **V4117A**

1. Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir)? **V4117A1**	1. Sim	2. Não
2. Auxiliar em atividades educacionais? **V4117A2**	1. Sim	2. Não
3. Ler, jogar ou brincar? **V4117A3**	1. Sim	2. Não
4. Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio? **V4117A4**	1. Sim	2. Não

5. Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas? **V4117A5**	1. Sim	2. Não
6. Outras tarefas de cuidados de moradores do domicílio? **V4117A6** especifique_____ **4117A61**	1. Sim	2. Não

Se 117a.1= Sim ou 117a.2 = Sim ou 117a.3 = Sim ou 117a.4 = Sim ou 117a.5 = Sim ou 117a.6 = Sim, siga 117b. Caso contrário, passe ao 119 (inclusive ignorado).

117b **(SE ENTREVISTA = 5)** Na semana de ___ a___ (semana de referência), a qual(ais) morador(es) ___dedicou esse(s) cuidados?

Morador 1 **V411701**	1. Sim	2. Não
Morador 2 **V411702**	1. Sim	2. Não
Morador 3 **V411703**	1. Sim	2. Não
...		
Morador 30 **V411730**	1. Sim	2. Não

Siga 119.

119. **(SE ENTREVISTA = 5)** Na semana de ___ a ___ (semana de referência), ___ cuidou de parentes que não moravam neste domicílio e que precisavam de cuidados (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais)? **V4119**

1. Sim 2. Não

Siga 120.

Fonte: PNAD-Contínua, 2017, p.34-35.

ANEXO C: *Ranking Gender Gap Index* no ano de 2019.

RANKING	PAÍS	GGI
1	Islândia	0,877
2	Noruega	0,842
3	Finlândia	0,832
4	Suécia	0,820
5	Nicarágua	0,804
6	Nova Zelândia	0,799
7	Irlanda	0,798
8	Espanha	0,795
9	Ruanda	0,791
10	Alemanha	0,787
11	Letônia	0,785
12	Namíbia	0,784
13	Costa Rica	0,782
14	Dinamarca	0,782
15	França	0,781
16	Filipinas	0,781
17	África do Sul	0,780
18	Suíça	0,779
19	Canadá	0,772
20	Albânia	0,769
21	Reino Unido	0,767
22	Colômbia	0,758
23	Moldávia	0,757
24	Trindade e Tobago	0,756
25	México	0,754
26	Estônia	0,751
27	Bélgica	0,750
28	Barbados	0,749
29	Belarus	0,746
30	Argentina	0,746
31	Cuba	0,746
32	Burundi	0,745
33	Lituânia	0,745
34	Áustria	0,744
35	Portugal	0,744
36	Eslovênia	0,743
37	Uruguai	0,737
38	Países Baixos	0,736
39	Sérvia	0,736
40	Polônia	0,736
41	Jamaica	0,735
42	Bolívia	0,734
43	Laos	0,731
44	Austrália	0,731
45	Zâmbia	0,731
46	Panamá	0,730
47	Zimbábue	0,730
48	Equador	0,729
49	Bulgária	0,727
50	Bangladesh	0,726
51	Luxemburgo	0,725
52	Cabo Verde	0,725
53	Estados Unidos	0,724
54	Singapura	0,724
55	Romênia	0,724
56	Moçambique	0,723

57	Chile	0,723
58	Honduras	0,722
59	Ucrânia	0,721
60	Croácia	0,720
61	Bahamas	0,720
62	Madagascar	0,719
63	Eslováquia	0,718
64	Israel	0,718
65	Uganda	0,717
66	Peru	0,714
67	Venezuela	0,713
68	Tanzânia	0,713
69	Bósnia	0,712
70	Macedônia do Norte	0,711
71	Montenegro	0,710
72	Cazaquistão	0,710
73	Botsuana	0,709
74	Georgia	0,708
75	Tailândia	0,708
76	Itália	0,707
77	Suriname	0,707
78	República Tcheca	0,706
79	Mongólia	0,706
80	El Salvador	0,706
81	Rússia	0,706
82	Etiópia	0,705
83	Suazilândia	0,703
84	Grécia	0,701
85	Indonésia	0,700
86	República Dominicana	0,700
87	Vietnã	0,700
88	Lesoto	0,695
89	Cambodja	0,694
90	Malta	0,693
91	Chipre	0,692
92	Brasil	0,691
93	Quirguistão	0,689
94	Azerbaijão	0,687
95	Brunei	0,686
96	Camarões	0,686
97	Libéria	0,685
98	Armênia	0,684
99	Senegal	0,684
100	Paraguai	0,683
101	Nepal	0,680
102	Sri Lanka	0,680
103	Fiji	0,678
104	Malásia	0,677
105	Hungria	0,677
106	China	0,676
107	Gana	0,673
108	Coreia	0,672
109	Quênia	0,671
110	Belize	0,671
111	Serra Leoa	0,668
112	Índia	0,668
113	Guatemala	0,666
114	Myanmar	0,665

115	Ilhas Maurício	0,665
116	Malawi	0,664
117	Timor-Leste	0,662
118	Angola	0,660
119	Benin	0,658
120	Emirados Árabes	0,655
121	Japão	0,652
122	Kuwait	0,650
123	Maldivas	0,646
124	Tunísia	0,644
125	Guiné	0,642
126	Vanuatu	0,638
127	Papua Nova Guiné	0,635
128	Nigéria	0,635
129	Burkina Faso	0,635
130	Turquia	0,635
131	Butão	0,635
132	Argélia	0,634
133	Bahrein	0,629
134	Egito	0,629
135	Qatar	0,629
136	Gâmbia	0,628
137	Tajiquistão	0,626
138	Jordânia	0,623
139	Mali	0,621
140	Togo	0,615
141	Mauritânia	0,614
142	Costa do Marfim	0,606
143	Marrocos	0,605
144	Omã	0,602
145	Líbano	0,599
146	Arábia Saudita	0,599
147	Chade	0,596
148	Irã	0,584
149	República do Congo	0,578
150	Síria	0,567
151	Paquistão	0,564
152	Iraque	0,530
153	Iêmen	0,494

Fonte: WEF, 2020.

ANEXO D: *Ranking Gender Inequality Index* no ano de 2019.

RANKING	PAÍS	GII
1	Suíça	0,025
2	Dinamarca	0,038
3	Suécia	0,039
4	Países Baixos	0,043
5	Bélgica	0,043
6	Noruega	0,045
7	Finlândia	0,047
8	França	0,049
9	Islândia	0,058
10	Eslovênia	0,063
11	Coreia	0,064
12	Singapura	0,065
13	Luxemburgo	0,065
14	Áustria	0,069
15	Itália	0,069
16	Espanha	0,070
17	Portugal	0,075
18	Emirados Árabes	0,079
19	Canadá	0,080
20	Alemanha	0,084
21	Estônia	0,086
22	Chipre	0,086
23	Irlanda	0,093
24	Japão	0,094
25	Australia	0,097
26	Israel	0,109
27	Montenegro	0,109
28	Polônia	0,115
29	Grécia	0,116
30	Croácia	0,116
31	Reino Unido	0,118
32	Belarus	0,118
33	Nova Zelândia	0,123
34	Lituânia	0,124
35	Servia	0,132
36	Tchéquia	0,136
37	Macedônia do Norte	0,143
38	Bósnia e Herzegovina	0,149
39	China	0,168
40	Malta	0,175
41	Letônia	0,176
42	Albânia	0,181
43	Qatar	0,185
44	Cazaquistão	0,190
45	Eslováquia	0,191
46	Estados Unidos	0,204
47	Moldávia	0,204
48	Bulgária	0,206
49	Bahrein	0,212
50	Rússia	0,225
51	Hungria	0,233
52	Ucrânia	0,234
53	Kuwait	0,242
54	Armênia	0,245
55	Chile	0,247
56	Arábia Saudita	0,252

57	Barbados	0,252
58	Líbia	0,252
59	Malásia	0,253
60	Brunei	0,255
61	Romênia	0,276
62	Uruguai	0,288
63	Costa Rica	0,288
64	Uzbequistão	0,288
65	Tunísia	0,296
66	Vietnã	0,296
67	Cuba	0,304
68	Turquia	0,306
69	Omã	0,306
70	Tajiquistão	0,314
71	México	0,322
72	Mongólia	0,322
73	Trinidade e Tobago	0,323
74	Azerbaijão	0,323
75	Argentina	0,328
76	Georgia	0,331
77	Bahamas	0,341
78	Ilhas Mauricio	0,347
79	Tonga	0,354
80	Tailândia	0,359
81	Samoa	0,360
82	Maldivas	0,369
83	Quirguistão	0,369
84	Fiji	0,370
85	El Salvador	0,383
86	Equador	0,384
87	Peru	0,395
88	Jamaica	0,396
89	Cabo Verde	0,397
90	Sri Lanka	0,401
91	Santa Lucia	0,401
92	Ruanda	0,402
93	África do Sul	0,406
94	Panamá	0,407
95	Brasil	0,408
96	Líbano	0,411
97	Belize	0,415
98	Bolívia	0,417
99	Butão	0,421
100	Honduras	0,423
101	Colômbia	0,428
102	Nicarágua	0,428
103	Argélia	0,429
104	Filipinas	0,430
105	Suriname	0,436
106	Namíbia	0,440
107	Paraguai	0,446
108	Egito	0,449
109	Jordão	0,450
110	Nepal	0,452
111	Marrocos	0,454
112	República Dominicana	0,455
113	Irã	0,459
114	Laos	0,459

115	Guiana	0,462
116	Botsuana	0,465
117	Cambodja	0,474
118	Myanmar	0,478
119	Venezuela	0,479
120	Guatemala	0,479
121	Indonésia	0,480
122	Síria	0,482
123	Índia	0,488
124	Burundi	0,504
125	Etiópia	0,517
126	Quênia	0,518
127	Moçambique	0,523
128	Gabão	0,525
129	Zimbábue	0,527
130	Senegal	0,533
131	Uganda	0,535
132	Angola	0,536
133	Bangladesh	0,537
134	São Tomé e Príncipe	0,537
135	Gana	0,538
136	Paquistão	0,538
137	Zâmbia	0,539
138	Sudão	0,545
139	Lesoto	0,553
140	Tanzânia	0,556
141	Camarões	0,560
142	Malawi	0,565
143	Suazilândia	0,567
144	Congo	0,570
145	Togo	0,573
146	Iraque	0,577
147	Burkina Faso	0,594
148	Benin	0,612
149	Gâmbia	0,612
150	República do Congo	0,617
151	Mauritânia	0,634
152	Haiti	0,636
153	Costa do Marfim	0,638
154	Nigéria	0,642
155	Serra Leoa	0,644
156	Libéria	0,650
157	Afeganistão	0,655
158	Mali	0,671
159	África Central	0,680
160	Chade	0,710
161	Papua Nova Guine	0,725
162	Iêmen	0,795

Fonte: PNUD, 2019a.

ANEXO E: *Ranking* tempo de trabalho não remunerado (em horas diárias) realizado pelas mulheres, entre os anos 2010 e 2019.

RANKING	PAÍS	NÂO REMUNERADO
1	Laos	2,500
2	China	2,700
3	Brasil	3,074
4	Noruega	3,300
5	Qatar	3,317
6	Finlândia	3,417
7	Coreia	3,467
8	Japão	3,650
9	Luxemburgo	3,667
10	Países Baixos	3,817
11	Suécia	3,833
12	França	3,867
13	Ilha da Reunião	3,867
14	Bélgica	3,917
15	Tanzânia	3,967
16	Paraguay	4,066
17	Quirguistão	4,117
18	Cazaquistão	4,167
19	Alemanha	4,167
20	Estados Unidos	4,183
21	Suíça	4,233
22	Canadá	4,283
23	África do Sul	4,283
24	Nova Zelândia	4,333
25	Estônia	4,350
26	Ecuador	4,367
27	Bulgária	4,433
28	República Dominicana	4,451
29	Espanha	4,550
30	Panamá	4,600
31	Polônia	4,600
32	Colômbia	4,696
33	Hungria	4,750
34	Moldova	4,750
35	Mongólia	4,833
36	Bielorrússia	4,867
37	Palestina	4,883
38	Romênia	4,900
39	Grécia	4,900
40	Sérvia	4,983
41	Marrocos	5,000
42	Cuba	5,040
43	Uruguai	5,133
44	Guatemala	5,149
45	Albânia	5,217
46	El Salvador	5,289
47	Argélia	5,300
48	Etiópia	5,300
49	Turquia	5,517
50	Peru	5,600
51	Costa Rica	5,650
52	Chile	5,800
53	Argentina	5,817
54	México	6,079

Fonte: USDN, 2020; CEPAL, 2019 –

ANEXO F: *Ranking* do *gap* de gênero no tempo de trabalho não remunerado, entre os anos 2010 e 2019.

RANKING	PAÍS	GAP
1	Suécia	0,791
2	Noruega	0,717
3	Países Baixos	0,677
4	Canadá	0,661
5	Alemanha	0,660
6	Estônia	0,648
7	Bélgica	0,647
8	Finlândia	0,644
9	Estados Unidos	0,629
10	França	0,621
11	Ilha da Reunião	0,621
12	Suíça	0,610
13	Quirguistão	0,591
14	Nova Zelândia	0,585
15	Cuba	0,562
16	Moldova	0,561
17	Qatar	0,553
18	Polônia	0,551
19	Hungria	0,537
20	Bielorrússia	0,517
21	Luxemburgo	0,505
22	Brasil	0,504
23	Bulgária	0,500
24	Sérvia	0,492
25	Mongólia	0,479
26	El Salvador	0,457
27	Cazaquistão	0,456
28	Romênia	0,456
29	Espanha	0,454
30	Chile	0,445
31	Uruguai	0,432
32	Costa Rica	0,432
33	Paraguay	0,415
34	Panamá	0,406
35	Etiópia	0,393
36	México	0,390
37	Peru	0,378
38	África do Sul	0,358
39	Argentina	0,352
40	Colômbia	0,346
41	Grécia	0,344
42	República Dominicana	0,309
43	China	0,296
44	Turquia	0,275
45	Tanzânia	0,269
46	Equador	0,256
47	Laos	0,240
48	Coreia do Sul	0,226
49	Japão	0,210
50	Palestina	0,188
51	Argélia	0,170
52	Albânia	0,16
53	Guatemala	0,158
54	Marrocos	0,143

Fonte: USDN